

LAGOS

REVISTA MUNICIPAL

SALVAR A
ARTE XÁVEGA
DA MEIA PRAIA



18

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA QUADRIMESTRAL JAN-ABR 2026





04

SALVAR A ARTE XÁVEGA DA MEIA PRAIA

- 03 EDITORIAL
- 04 TEMA DE CAPA
- 11 EM DESTAQUE
- 22 ATUALIDADE
- 28 OBRAS E PROJETOS
- 32 AMBIENTE E ESPAÇO PÚBLICO
- 36 INTERVENÇÃO SOCIAL
- 38 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO
- 40 DINAMIZAÇÃO CULTURAL
- 42 ARQUIVO MUNICIPAL
- 46 ASSOCIATIVISMO
- 52 A CML POR DENTRO
- 58 O CIAC INFORMA
- 59 IMAGENS COM HISTÓRIA
- 60 DIFERENTES OLHARES
- 62 ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lagos
Câmara Municipal

CONTACTOS

Câmara Municipal de Lagos
Paços do Concelho Séc. XXI
Praça do Município / 8600-293 Lagos
Telefone: 282 780 900 / 282 771 700
Email: expediente.geral@cm-lagos.pt

www.cm-lagos.pt

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Câmara Municipal de Lagos - NIPC: 505 170 876 | Sede (editor e redação): Paços do Concelho Séc. XXI, Praça do Município, 8600-293 Lagos | Edição: Câmara Municipal de Lagos | Diretor: Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Lagos | Diretor Adjunto: Sara Coelho, Vereadora da Câmara Municipal de Lagos | Coordenação editorial e conteúdos: Gabinete de Comunicação e Relações Públicas | Redação: Ana Grade | Revisão de textos: Fábio Ventura | Fotografia: Arquivo da Câmara Municipal de Lagos (Carlos Afonso; Francisco Castelo) | Secretariado: Ana Isabel Pereira | Distribuição: Liliana Barbudo | Design: Teresa Coelho | Revisão Gráfica: Inês Silva | Impressão: Lidergraf - Artes Gráficas, SA - Rua do Galhano, 15, 4480-089 Vila do Conde | Tiragem: 6.500 | Depósito Legal: 444442/18 | Periodicidade: Quadrimestral | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | Publicação impressa em papel reciclado | Publicação periódica registada na ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social (Registo n.º 127701 de 7/8/2018) | Estatuto Editorial disponível na página oficial da Câmara Municipal de Lagos em www.cm-lagos.pt



EXECUTIVO MUNICIPAL

Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira (PS)
Presidente

Áreas de atuação: Urbanização e Edificação; Planeamento e Desenvolvimento Urbano; Fiscalização de Obras e Loteamentos Particulares; Processos Judiciais; Assuntos da Divisão Jurídica; Planeamento Estratégico e Projetos Municipais; Administração Municipal (Coordenação Geral); Desporto; Procedimentos Concursais; Arqueologia Urbana; Finanças Municipais; Planeamento, Gestão e Controlo Financeiro; Património e Aprovisionamento; Contabilidade, Tesouraria e Controlo de Cobranças; Sistemas e Tecnologias da Informação; Acompanhamento da Gestão Corrente das Entidades Empresariais Municipais; Património Histórico e Equipamentos; Proteção Civil; Empresas e Empreendedorismo; Áreas Portuárias – Marítimas; Comunicação Institucional.

Atendimento: mediante marcação*

Paulo Jorge Correia dos Reis (PS)
Vice-Presidente

Áreas de atuação: Licenciamento de Atividades; Praias; Transporte de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores; Processos de Contraordenação; Fiscalização Municipal; Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho; Gestão e Manutenção da Rede de Água e Esgotos; Mobilidade Urbana; Manutenção de Equipamentos; Oficinas (Auto); Parque de Viaturas e Máquinas; Transportes Públicos; Estudos, Projetos e Empreitadas; Gestão dos Armazéns Municipais; Segurança Municipal; Aeródromo Municipal; Cinegética, Florestas e Pescas; Trânsito e Sinalização; Polícia Municipal.

Atendimento: Quintas – 09h00 às 12h30*

Sara Maria Horta Nogueira Coelho (PS)
Vereadora

Áreas de atuação: Arquivo Municipal; Gabinete Cidadão e Empresas; Qualidade; Protocolo e Relações Públicas; Cultura; Turismo; Património Cultural; Juventude; Educação; Habitação e Ação Social; Saúde; Recursos Humanos; SIADAP; Formação; Outorga de contratos; Serviço Veterinário Municipal.

Atendimento: Quintas – 09h00 às 12h30*

Luís Alberto Bandarra dos Reis (PS)
Vereador

Áreas de atuação: Toponímia; Espaços Verdes; Mercados e Feiras; Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos; Gestão de Espaços e Equipamentos Públicos; Cemitérios; Iluminação Pública e Eletricidade; Fiscalização e Promoção Ambiental; Oficinas (Serralharia, Carpintaria e Pintura).

Atendimento: Quintas – 09h00 às 12h30*

Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD)
Vereador sem pelouros atribuídos

Atendimento: Manhãs da 1.ª e 3.ª quarta-feira de cada mês, a partir das 9h30*

E-mail: vereador.gilberto.viegas@cm-lagos.pt

Nuno Pedro dos Santos Borges Marques (PSD)
Vereador sem pelouros atribuídos

Atendimento: Manhãs da 1.ª e 3.ª quarta-feira de cada mês, a partir das 9h30*

E-mail: vereador.nuno.marques@cm-lagos.pt

Paulo Jorge do Rosário Dias (CHEGA)
Vereador sem pelouros atribuídos

Atendimento: 1.ª e 3.ª quarta-feira do mês, das 10h00 às 12h30*

E-mail: vereador.paulo.rosario@cm-lagos.pt

* **Atendimentos com marcação prévia efetuada através dos e-mails diretos acima indicados ou dos seguintes contactos gerais:**

Telefone: 282 771 700

E-mail: expediente.geral@cm-lagos.pt

Formulário *online* disponível no Balcão Virtual -

<https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/marcacoes>



LIBERDADE E DEMOCRACIA

Uma construção permanente

Assinalamos, em 2026, três datas carregadas de importância e simbolismo: o 52.º aniversário do 25 de Abril de 1974, que nos devolveu a Liberdade; o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, que consagrou Portugal como um Estado de Direito Democrático, estabelecendo os direitos, liberdades e garantias que regulam a nossa vida em sociedade; e o 50.º aniversário das primeiras eleições livres para o Poder Local, que deu voz às comunidades, aproximando-as da decisão política, e incrementou o desenvolvimento e a coesão social e territorial.

Para assinalar condignamente as referidas efemérides, preparámos, conjuntamente com a Assembleia Municipal, uma programação evocativa, que irá decorrer até ao final do ano, com o intuito de proporcionar momentos de divulgação, que recordem, de forma objetiva, o que foi o longo período da ditadura e as conquistas de Abril, mas também o debate e reflexão, porque a democracia carece de ser continuamente exercitada, vive da participação e do contraditório.

Enquanto protagonistas da forma de poder mais próxima das realidades locais, sabemos, no entanto, que o nosso contributo mais importante para a defesa dos princípios constitucionais que sustentam a vida em democracia é aquele que fazemos diariamente no exercício das nossas funções, nos múltiplos domínios sobre os quais temos competência e legitimidade para intervir.

Nesta edição, damos conta de alguns dos muitos projetos, ações e serviços que marcam a atividade municipal, dedicando a capa à Arte Xávega da Meia Praia e ao esforço conjunto que está a ser feito para preservar este traço da nossa identidade coletiva. Um bom exemplo do trabalho de proximidade, envolvimento e parceria que é possível fazer quando se conhecem as instituições, os cidadãos e o território, com as suas potencialidades e necessidades específicas.

O Presidente da Câmara,
Hugo Pereira



SALVAR A MEMÓRIA DA ARTE XÁVEGA DA MEIA PRAIA UMA TRADIÇÃO PISCATÓRIA QUE DIFERENCIA O NOSSO TERRITÓRIO





O Calão da Xávega "A Flôr da Meia Praia" no início dos anos 60, aqui numa imagem que mostra o início da tarefa de varar um calão da Xávega, vendo-se homens e rapazes puxando o barco e a colocação dos parais por onde o barco vai deslizar, puxado e empurrado, até chegar à sua "cama" no areal

José da Glória Santos ("Zé Bala") 1951-2025

Foi, durante décadas, o guardião da Arte Xávega da Meia Praia, uma tradição que é património vivo da nossa comunidade.

"Zé Bala", como era familiarmente conhecido, dedicou a sua vida ao mar e à preservação de uma prática ancestral, não por retorno material, mas por amor à cultura, à partilha intergeracional e ao espírito comunitário que a Arte Xávega representa. O seu contributo foi determinante para manter viva uma herança coletiva que faz parte da identidade lacobrigense. Todos os que com ele partilharam o areal, a faina e a memória sentem a perda, mas há quem resista e não queira deixar morrer o seu legado.

A ARTE XÁVEGA DA MEIA PRAIA

"É uma técnica de pesca tradicional com arte envolvente-arrastante e alagem para terra. A arte é lançada ao mar com o apoio de uma embarcação, deixando um cabo em terra e regressando com o outro cabo. Depois, de terra, a rede é puxada pela companhia e ajudantes. Este processo, sendo feito com a força braçal humana, tem uma duração média de quatro horas. A arte praticada na comunidade local sempre se revestiu de grande importância devido às dinâmicas socioculturais

e económicas de natureza cooperativa que ali se estabelecem. Os intervenientes constituem um grupo heterogéneo, composto por homens e mulheres de variadas faixas etárias e de grupos profissionais diversos. Participam nesta actividade para não deixar morrer a tradição, pelo convívio, e pelo prazer que retiram de uma actividade recolectora que os coloca como protagonistas directos da sua subsistência, pois no fim também levam o seu quinhão de peixe."¹

1) Fonte: Fototeca Municipal fototeca.cm-lagos.pt



A lancha “José Fernando”, que foi usada durante tantos anos por José Santos na Arte Xávega da Meia Praia, volta a cumprir a sua função

ORIGENS E EVOLUÇÃO

No âmbito da pesquisa e estudos efetuados pelo município, aquando da instrução do pedido de inclusão da Arte Xávega da Meia Praia no inventário nacional do Património Cultural Imaterial (PCI), Francisco Castelo, técnico superior da Câmara Municipal de Lagos, dinamizador da Fototeca Municipal e coordenador do projeto, apresentou por diversas vezes, em ações de divulgação e promoção cultural e turística, a especificidade desta arte piscatória, informação que aqui recuperamos e recordamos:

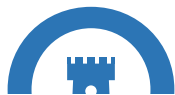
“Esta técnica de pesca terá origens num tempo ancestral, em que os indivíduos procediam à captura de pei-

xes e crustáceos em lagoas e riachos usando entrancados feitos de fibras vegetais. Desde esse tempo remoto, a técnica e os materiais foram evoluindo, e estas artes aumentaram de tamanho e de complexidade. O século XIV já regista xávegas no território algarvio mas é no séc. XVIII que nos chegam as formas das estruturas técnicas e humanas que perduram até à actualidade.

No concelho de Lagos, a Meia Praia foi o núcleo mais importante de implantação desta técnica piscatória. (...) referencio esta estrutura que se chama Companhia, que é o conjunto de pescadores com as diferentes tarefas, aos quais se juntam uns auxiliares

que vêm da vizinhança para ajudar a alar a rede, tendo depois direito a um quinhão do pescado. E sublinho o aspecto singular desta xávega da Meia Praia, do José Santos, que é: ser a única das duas dezenas de xávegas existentes em Portugal, que recorre apenas à força braçal para puxar as redes e o barco.

As embarcações tradicionais que se usaram até meados do séc. XX já não existem. Deixaram de se usar por imposição da tecnologia e dos novos materiais, e da necessidade de rentabilizar o trabalho humano. Quer a Barca da Xávega quer o Calão da Xávega eram embarcações grandes e muito pesadas, que seria quase im-



A participação na alagem das redes gera interação social entre a comunidade marítima e a comunidade alargada, da cidade e do concelho, assim como de turistas ávidos de experiências diferentes

possível lançar ao mar e varar, com o número reduzido e a falta de preparação, das pessoas que hoje ajudam nesta actividade. No entanto temos estas imagens, dos impressionantes barcos que outrora lançavam o cerco na baía e regressavam ao areal da Meia Praia numa azáfama marítima que alimentava muitas pessoas. E o que é que move toda esta gente? Obviamente, o prazer de apanharem eles próprios uma parte do seu sustento, recolectado directamente da Natureza, numa actividade o que os religa a algo de ancestral. É como se esta experiência suprimisse todas as facilidades tecnológicas da modernidade e permitisse um salto no tempo,

a um tempo em que os indivíduos tinham de colocar as suas capacidades e engenho ao serviço da subsistência. Mas também é o convívio entre membros da comunidade. É, em suma, a manifestação de uma tradição.

Herança de tempos imemoriais, as Xávegas, Mugeiras, Tarrafas, Chichorros e Chinchas, com estas ou outras denominações, povoam o universo litoral do planeta. Algumas operando ainda com poucas alterações produzidas nos últimos séculos, outras integrando já redes sintéticas e a força mecânica em todas as tarefas. Em Portugal existem cerca de 22 licenças de Arte Xávega atribuídas, e embora no Algarve apenas subsista em Lagos, a arte

ainda é praticada em Almada, Aveiro, Espinho, Figueira da Foz, Nazaré e Seiximbra, embora assistida pela força motriz de tractores, já que o uso exclusivo da força braçal não permitiria a rentabilidade da actividade.

As imagens falam por si, quer sobre a lancha usada na faina e o caminho de parais para a levar e trazer do mar, quer sobre a vontade que anima as pessoas que a esta faina se dedicam, perante o ar agradavelmente surpreendido dos veraneantes.

A faina atinge o seu clímax com a chegada do pescado. Alguns aspectos da pescaria, que culmina com a selecção da parte para venda na Lota e a divisão dos quinhões pelos membros da companhia e ajudas na “roda do peixe”. (...) entre as espécies de pescado existentes na baía e que são capturadas com maior frequência por esta arte xávega, destaque para a cavala, carapau e sardinha, raia e linguados, embora apareçam também outras espécies menos frequentes como o salmonete e o choco.

O mata-bicho, pausa na faina para tomar um pequeno-almoço retemperador da actividade iniciada às 6 horas da manhã, é também um importante momento de socialização que oferece oportunidade de discutir os mais variados assuntos, promovendo coesão na comunidade.

E o ciclo é retomado, num dos dias seguintes, com a reparação da arte - remendar a rede, por exemplo, fechar o saco com uma linha contínua que permita abri-lo facilmente, ainda na água, caso se verifique uma situação de excesso de pescado ou excesso de juvenis - e preparar tudo para a próxima pescaria, incluindo o embarque da rede (tarefa normalmente exe-



A roda do peixe - distribuição dos quinhões

ESTUDAR, PRESERVAR E DIVULGAR

No dia 26 de dezembro de 2019, a Câmara Municipal de Lagos formalizou um pedido de inclusão desta Arte Xávega da Meia Praia, operada pelo Mestre José Santos, no inventário nacional do Património Cultural, então gerido pela Direção-Geral do Património Cultural. Para tal, foi realizado um estudo etnológico, dirigido pela antropóloga Susana Filipa Santos, que envolveu abordagens antropológicas e históricas, pesquisas em arquivos nacionais e regionais, registos de imagem da atividade e registos audiográficos de testemunhos orais dos intervenientes e de moradores nos bairros da Meia Praia.

A interrupção da atividade, motivada por avarias na embarcação, assim como pelo declínio do estado de saúde do arrais e proprietário da arte, fizeram com que este moroso e complexo processo de inscrição não tivesse sido concluído. As exigências legais aplicáveis a esta arte piscatória tradicional constituíram, igualmente, entraves à sua sobrevivência, já que a emissão da licença de pesca estava dependente, entre outros aspetos, do cumprimento de um valor mínimo de vendagem de pescado em lota, uma exigência desfasada da realidade, numa atividade feita por carolice, mais do que com intuito económico. Isso não impediu o município de continuar a promover atividades e medidas de salvaguarda, com vista à proteção e preservação desta manifestação piscatória e cultural, de divulgação da atividade e sensibilização da opinião pública, recordando, a título de exemplo e entre outras, a exposição fotográfica da autoria da bióloga marinha e fotógrafa Dina Salvador; que esteve patente no Centro Cultural de Lagos.

cutada no dia anterior ao da pesca). O que até aqui foi apresentado já justificava o imperativo de preservar esta actividade tradicional mas ela inscreve-se ainda em algo mais abrangente e importante: Tendo por esteio a inegável vocação marítima de Lagos e das suas gentes, possibilitada pela posição geográfica e pela riqueza faunística das suas águas marinhas - factores que moldaram, muito cedo, o psicossomatismo dos habitantes e as suas construções culturais - a tradição assume-se como o veículo que transporta no tempo, a essência do ser e a atitude do estar das gentes de Lagos, cimentando a ligação entre as gerações que foram e as que serão.”²

2) CASTELO, Francisco (2020) - “Arte Xávega – Uma pesca mult centenária na Meia Praia” – conteúdo extraído da apresentação integrada na ação de dinamização e promoção cultural e turística “Preparar o Amanhã”, realizada, a 6 de março de 2020, no edifício Paços do Concelho Séc. XXI.

A MUDANÇA DE PARADIGMA

No final de 2025, chegava a triste notícia do falecimento de José da Glória Santos, figura ímpar da Arte Xávega da Meia Praia, considerada património vivo da comunidade lacobrigense. Para que tal prática não morra com o guardião desta tradição, e em resultado dos contactos e conversações mantidos com os familiares de José Santos e com a restante comunidade do bairro onde o mestre viveu, Câmara e Associação de Moradores 1.º de Maio estabeleceram um protocolo de colaboração para a dinamização da atividade da Arte Xávega Tradicional, agora já não como atividade económica privada, mas como manifestação cultural.

Ao apresentar a proposta em reunião de câmara, o presidente da autarquia defendeu o estabelecimento desta parceria como um tributo que a comunidade presta a José Santos: *“Temos de garantir que a Arte Xávega não morreu com o José Bala. Em sua memória, é muito importante continuar, pelo que com este protocolo ficam reunidas as condições para que tal aconteça”*. Uma posição secundada por toda a verreação, que apoiou e votou favorável e unanimemente a proposta. Empenhados em preservar este saber tradicional, município e associação decidiram avançar com um modelo de parceria que passa a en-

quadrar a faina como manifestação cultural episódica. A Associação 1.º de Maio, que tem no seu seio arraiais de pesca marítima, entre os quais familiares de Zé Bala, compromete-se a organizar as atividades de recreação da faina piscatória de carácter histórico e tradicional, realizando, anualmente, pelo menos nove lances de pesca com a Arte Xávega, condicionados à autorização prévia da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), às condições meteorológicas e estado do mar. Por seu turno, o município avança com o apoio financeiro necessário para cobrir as des-



A faina atinge o seu auge com a chegada do pescado à praia



Hugo Pereira, representando o município, e Paula Reis, presidente da direção da Associação 1.º de Maio, formalizaram o acordo na presença de outros membros da comunidade do Bairro 1.º de Maio e das entidades que têm sido parceiras ativas neste processo (Autoridade Marítima e Capitania do Porto de Lagos, representada pelo comandante Hugo Bravo da Guia; empresa Sopromar, representada por Pedro Pereira; e serviços da autarquia envolvidos nas atividades de registo, estudo, dinamização e divulgação da Arte Xávega Tradicional da Meia Praia)

pesas relativas à operacionalidade da arte e garante o espaço de praia necessário à logística da atividade. O objetivo, partilhado por todas as entidades envolvidas, é preservar e valorizar o saber associado à Arte Xávega Tradicional (isto é, aquela que é praticada sem recurso a meios mecânicos) como manifestação do património cultural marítimo e comunitário lacobrigense. Uma prática que promove a coesão social, o sentimento de pertença coletiva, a identidade local e, simultaneamente, contribui para o enriquecimento da oferta histórica e cultural do con-

celho num território com forte vocação turística, como é Lagos. Protocolo assinado, as atenções voltam-se agora para os contactos junto das entidades envolvidas no processo de licenciamento da atividade, a quem caberá autorizar os lances de pesca, a realizar no âmbito da recriação de uma faina piscatória de carácter histórico e tradicional. Prevista acontecer aos sábados de manhã, a sua realização será devida e oportunamente divulgada pela Associação de Moradores 1.º de Maio e através dos canais de comunicação do município.

• **Nota do editor:** À hora de fecho desta
• edição, recebemos a boa notícia de que
• tinha acabado de ser agendado, para
• dia 6 de junho, o primeiro lançamento
• da Arte Xávega no âmbito da parceria
• estabelecida. A retoma da atividade,
• agora com carácter cultural e episó-
• dico, surge no âmbito do protocolo
• de colaboração entre o município de
• Lagos e a Associação de Moradores 1.º
• de Maio e na sequência da obrigatória
• emissão de autorização pela DGRM -
• Direção-Geral de Recursos Naturais,
• Segurança e Serviços Marítimos. Um
• bom regresso que nos enche de orgu-
• lho. Que seja o primeiro de muitos!

GALA DO DESPORTO O RECONHECIMENTO DOS AGENTES DESPORTIVOS DE LAGOS

O município voltou a homenagear o trabalho, dedicação e conquistas de atletas, clubes e demais agentes desportivos, na Gala do Desporto 2026. A cerimónia decorreu no Pavilhão Municipal de Lagos, com apresentação a cargo de Cândido Costa, figura pública do mundo do futebol e da televisão. Nesta edição, foram distinguidos 540 agentes desportivos.



Homenagem póstuma a Velaudmiro Betes, representado por familiares, foi um dos momentos mais emotivos da cerimónia



- 1) O Ginástica Clube de Lagos, representado por Fernando Almeida (presidente da Direção), recebeu o prémio de prestígio "Clube"
- 2) O prémio "Dirigente" foi atribuído a António Fidalgo (Clube Recreativo, Cultural e Desportivo Luzense)
- 3) Prémio "Desporto Escolar" foi atribuído a Henrique Barros (atleta do Agrupamento de Escolas Gil Eanes)
- 4) Mateus Reis (atleta da Associação de Equitação Adaptada do Barlavento) recebeu o prémio "Desporto Adaptado"
- 5) O prémio prestígio "Equipa" foi para a Equipa Sub-16 Feminina do Clube Desportivo da Escola Secundária Gil Eanes



6



7



8



9

Numa noite marcada por um ambiente de comemoração, camaradagem e *fair play*, a gala voltou a afirmar-se como um momento de encontro da comunidade desportiva lacobrigense, onde o reconhecimento se cruzou com a emoção e o orgulho coletivo. Nesta edição, foram distinguidos mais de 540 agentes desportivos, entre atle-

tas, equipas, treinadores, dirigentes e outros intervenientes que, pela sua carreira, dedicação ao desporto ou pelos resultados alcançados entre 1 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2025, contribuíram para o desenvolvimento do desporto no concelho e para a sua projeção além-fronteiras. Ao longo da cerimónia, foram entregues

troféus de âmbito regional, nacional e internacional, refletindo a qualidade e consistência dos resultados alcançados. A diversidade da prática desportiva em Lagos voltou a estar em evidência, com representação de 30 modalidades, nomeadamente Atletismo, Andebol, Ciclismo, Columbofilia, Equitação, Futebol, Futsal, Ginástica, Hóquei, Jiu-Jitsu, Judo,

6) Rui Raimundo (Clube de Vela de Lagos) recebeu o prémio prestígio “Treinador”

7) O prémio prestígio “Árbitro/Juiz” foi atribuído a Luís Viegas (Federação Portuguesa de Futebol)

8) André Afonso (Clube de Ténis de Lagos) recebeu o prémio “Fair Play”

9) O prémio prestígio “Átleta” foi para Matilde Rosa (Sport Lisboa e Benfica), representada na cerimónia pela sua irmã

Kickboxing, Longboard, Natação, Padel, Patinagem, Petanca, Pool, Rastro, Skate, Skimboard, Surf, Ténis, Ténis de Mesa, Tiro com Arco, Todo-o-Terreno/Motos, Touch Rugby, Triatlo, Vela e Xadrez.

Os momentos mais emotivos aconteceram com o reconhecimento, a título póstumo, a Velaudmiro Betes, pela sua

vida dedicada ao desporto, e com a entrega dos Troféus Prestígio, que distinguiram diferentes áreas e protagonistas do universo desportivo lacobrigense. O Prémio Revelação, novidade nesta edição, foi atribuído por votação *online* do público presente no decorrer da gala.

O evento contou com a participação

do presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, da presidente da Assembleia Municipal, Paula Couto, do diretor regional do IPDJ, Ricardo Pinto, e dos presidentes das juntas de freguesia do concelho, que subiram ao palco para proceder à entrega dos prémios.



10) Leonor Costa (Clube de Natação de Lagos) recebeu o prémio “Atleta Revelação”

11) O prémio “Dedicação” foi para Hernâni Silveira (presidente da direção do Clube Recreativo, Cultural e Desportivo Luzense)

12) Matias Luwawa (fundador do Judo Clube de Lagos e que foi até há pouco tempo o seu responsável técnico e treinador principal) recebeu o prémio “Carreira”



Sessão Solene de boas-vindas à comitiva marroquina liderada por Mohamed Simou (presidente do Conselho Municipal de Ksar El Kebir)

LAGOS E ALCÁCER QUIBIR VISITA REAVIVA LAÇOS DE AMIZADE

Liderada pelo presidente do Conselho Municipal de Ksar El Kebir, Sr. Mohamed Simou, uma comitiva de 23 elementos – representantes maioritariamente dos órgãos do município de Alcácer Quibir e da província de Larache, mas também dos setores da Cultura, Património, Artes, Educação, Turismo e Comunicação Social – esteve, uma vez mais, nesta cidade algarvia, em visita oficial a convite da Câmara Municipal de Lagos, para reavivar os laços de amizade que ligam as duas comunidades.

Do programa desenhado para o efeito, destacam-se os três momentos de cariz protocolar e maior simbolismo institucional: a sessão solene realizada no Edifício Paços do Concelho Séc. XXI, que contou com a presença de José Alberto Alegria (Cônsul Honorário do Reino de Marrocos no Algarve, em representação de S.E. o Embaixador do Reino de Marrocos em Lisboa), onde não faltaram os sons da música portuguesa (Fado) e da música marroquina; a cerimónia de descerramento da placa topónima “Avenida Alcácer Quibir”; e,

no mesmo local, a inauguração do “Monumento Comemorativo da Geminação entre os Municípios de Lagos (Portugal) e Alcácer Quibir (Marrocos)”, da autoria do artista A. Pedro Correia.

A fatídica expedição militar de El-Rei Dom Sebastião pelo Norte de África - onde, em 1578 acabaria por perder a vida naquela que ficou conhecida como a Batalha de Alcácer Quibir ou de Oued El Makhazen, marcando de forma trágica a história de Portugal - liga Lagos (ponto de partida e sede dos Descobrimentos e da expansão portuguesa

em África) a Ksar El Quibir (uma das principais cidades da resistência às praças-fortes portuguesas em Marrocos). Um passado comum de memória fatídica que, séculos volvidos, acabou por motivar a aproximação entre as duas comunidades e a vontade de estabelecer uma cooperação forte, com potencial para se estender a várias áreas para além do âmbito histórico-cultural. Projetos que, segundo os protagonistas do encontro, alimentam o conhecimento mútuo, o respeito pelas diferenças culturais e a solidariedade entre povos, valores cada vez mais necessários na conjuntura atual, tão marcada pelo extremo de posições, intolerância e ódio. Vale a pena, por isso, recordar como aconteceu esta reaproximação. Remonta a 2018 a assinatura do acordo de geminação entre Lagos (Portugal) e Alcácer Quibir (Ksar El Kebir – Marrocos). A formalização deu-se primeiramente em solo marroquino, no âmbito da visita então realizada por uma comitiva lacobrigense liderada por Joaquina Matos, presidente da Câmara à época, e depois em solo português, em outubro do mesmo ano, por ocasião das comemorações do Dia do Município de Lagos e da receção à comitiva marroquina.



Descerramento da placa toponímica "Avenida Alcácer Quibir" situada numa das entradas principais da cidade de Lagos



A amizade entre comunidades ficou expressa na toponímia de Lagos

O desenvolvimento de vínculos permanentes entre os dois municípios, o aprofundamento do conhecimento das identidades culturais locais, em termos de tradições, costumes e memória histórica, o intercâmbio de atividades e eventos culturais, patrimoniais e artísticos, assim como a participação conjunta em projetos de interesse comum, foram os objetivos então traçados, os quais mantêm a sua validade, tendo sido reassumidos pelos protagonistas do novo reencontro em Lagos.



Inauguração do "Monumento Comemorativo da Geminação entre os Municípios de Lagos e Alcácer Quibir", com o autor da obra, A. Pedro Correia (ao centro)

SOBRE ALCÁCER QUIBIR

A cidade de Ksar El Kebir está localizada no Norte de Marrocos, na margem direita do rio Loukkos. Situada perto dos principais centros urbanos de Marrocos, dista apenas 35 km de Larache, 119 km de Tânger, 137 km de Tetuan e 154 km da capital, Rabat.

A importância deste local reside no facto de, outrora, ter servido como estação de paragem obrigatória na principal rota pré-islâmica que ligava as colónias romanas do Norte ao Sul, em parte coincidente com o curso do rio

Loukkos, que proporcionava uma rota e passagem fáceis para o transporte.

Dada a sua importância estratégica, a cidade serviu ao longo da história como ponto de descanso para exércitos e base de operações para invasões e campanhas militares. Por fim, a sua localização numa das regiões mais férteis de Marrocos, as margens do rio Loukkos, na confluência de planícies e montanhas, e a sua proximidade com o mar (a apenas cerca de 35 km do porto de Larache, no Oceano

Atlântico) oferecem perspectivas promissoras nos setores de processamento e exportação de alimentos.

Mas a cidade de Ksar El Kebir não é apenas uma localização geográfica ou um ponto no mapa da história, identificando-se-lhe um pulsar cultural profundamente enraizado, palco de infinitas histórias de antiguidade e renovação. Desde tempos remotos, esta cidade testemunhou as transformações do tempo, ora abraçando as glórias dos conquistadores, ora



Vista parcial de Ksar El Kebir/
Alcácer Quibir em 2018
(foto de arquivo da CMLagos)

COOPERAÇÃO E AMIZADE SEM FRONTEIRAS

sussurrando os segredos de estudiosos e poetas que percorreram as suas ruelas e beberam das suas fontes intelectuais. O Grande Palácio, como também é designada, estende-se ao longo das margens do rio Loukkos, preservando nas suas pedras o eco da Batalha dos Três Reis, que – a partir de 1578 – eternizou a história da nação marroquina, quando o exército português foi derrotado pelo exército marroquino, durante o reinado da dinastia Saadi.

O município de Lagos continua fiel à estratégia de retomar e estreitar relações de amizade com povos dos cinco continentes, com os quais os portugueses contactaram no período dos Descobrimentos, reconhecendo a importância que esse intercâmbio cultural trouxe à evolução da Humanidade. Com localidades marroquinas, para além da geminação com Alcácer Quibir; Lagos tem acordos de cooperação estabelecidos com El Jadida (Maza-

gão), tendo por base a ligação das duas cidades à figura de Miguel de Arruda (coordenador do projeto da Cidadela Portuguesa de Mazagão e autor do projeto das muralhas quinhentistas de Lagos), com Azemmour (Azamor) e com o Bojador (Boujdour, Sahara Ocidental), este último devido ao papel desempenhado pelo navegador lacobrigense Gil Eanes na passagem do Cabo Bojador, em 1434.



LAGOS CELEBRA A LIBERDADE E A DEMOCRACIA

A programação “Lagos, Liberdade e Democracia” estende-se durante todo o ano para assinalar localmente três importantes marcos do processo de consolidação do regime democrático em Portugal: o 25 de Abril de 1974 (no seu 52.º aniversário), os 50 anos da Constituição da República Portuguesa (aprovada em 2 de abril de 1976) e o 50.º aniversário das primeiras eleições para o Poder Local (realizadas a 12 de dezembro de 1976). O objetivo é celebrar, simultaneamente, a liberdade conquistada, a institucionalização do Estado de Direito Democrático e a afirmação do Poder Local como pilar essencial da participação popular e coesão social e territorial.

O momento institucional mais marcante aconteceu na Praça Gil Eanes, no dia 25 de abril, com a cerimónia de hastear das bandeiras e a sessão solene, atos protocolares que, em Lagos, têm a particularidade de envolver a participação ativa das coletividades e a intervenção dos jovens, os quais se juntam à Assembleia e à Câmara Municipal para recordar esses momentos históricos, reafirmar os valores que lhes estão intrinsecamente associados e refletir sobre o presente e o nosso futuro coletivo. O hastear das bandeiras ao som do hino nacional, interpretado pela Banda Filarmónica da Sociedade Lacobrigense 1.º de Maio e Grupo Coral de Lagos, a largada de pombos pelo Clu-

be Columbófilo de Odiáxere, num ato simbólico de evocação da liberdade e da paz, e a interpretação “Grândola Vila Morena”, antecederam as intervenções dos grupos políticos com assento na Assembleia Municipal (CDU, LCF, CHEGA, AD e PS).

Mais do que apenas evocar ou recordar o 25 de Abril, é preciso continuar a afirmar a validade deste projeto coletivo de sociedade e participar na sua permanente construção. Esta foi a mensagem dominante nos vários discursos proferidos na Sessão Solene do 25 de Abril, cabendo ao presidente da Câmara Municipal fechar as intervenções, não sem antes fazer um amplo agradecimento à Assembleia da Juventude pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo, o qual permitiu uma sessão de debate bastante viva no dia anterior, assim como às coletividades culturais, recreativas, desportivas, IPSS, forças de segurança, Bombeiros Voluntários de Lagos, Polícia Municipal e demais entidades que todos os dias trabalham em prol da comunidade. Hugo Pereira dirigiu, ainda, uma mensagem de reconhecimento aos anteriores presidentes de câmara e respetivas equipas políticas, demais ex-autarcas, serviços e funcionários municipais pelo trabalho realizado nestes 50 anos.



A Praça Gil Eanes foi palco das cerimónias oficiais do 25 de Abril, em Lagos

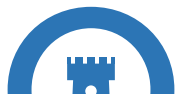


Participação da bancada do Agrupamento de Escolas Gil Eanes na Assembleia da Juventude

Pelo meio, os mais jovens tiveram a oportunidade de se manifestar sobre o 25 de Abril. A bancada do Agrupamento de Escolas Gil Eanes na Assembleia da Juventude declamou o poema “O Despertar do Cravo”, da autoria dos membros de Rita Palma, Raquel Marques e Leonor Quaresma, acompanhados à guitarra por Ruben Murphy, que interpretou o instrumental de “Pedra Filosofal”. Por sua vez, a bancada do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, através das alunas Míriam Oliveira e Suri Gorjão, recitou poemas de Manuel Alegre e um excerto de “Os Lusíadas”. As celebrações estenderam-se ao longo de todo o dia com uma visita guia-

da pelas memórias do 25 de Abril e o tradicional almoço comemorativo. As atividades desportivas, tendo como protagonista o Clube de Futebol Esperança de Lagos, marcaram o período da tarde, antecedidas pela inauguração da requalificação do relvado do Estádio Municipal Fernando Cabrita. Na agenda desta efeméride, a cultura também esteve presente, com o concerto “Vozes da Liberdade”, apresentado pela Orquestra Ligeira de Lagos no Centro Cultural. Momentos emotivos foram vividos através das memórias pessoais partilhadas no Encontro Comunitário decorrido no edifício A Paragem, em Barão de São João, onde não faltou

a música, com a atuação do Coro da Primavera e temas de Zeca Afonso interpretados por Pedro Pereira (maestro do Coro). Nesta sessão, houve, ainda, poesia dita com sentimento da autoria de Rosa Roxo, figura emblemática de Barão de São João. A história também se faz da partilha de memórias pessoais, sendo que as do artista Deodato Santos se cruzam com a memória coletiva de quem viveu fora do país durante a ditadura, por razões políticas, e regressou a Portugal para ajudar a construir um mundo novo. Tempos recordados pela voz de Inga, sua esposa, primeira estrangeira a fixar-se em Barão de São João e também ela dinamizadora



Participação da bancada do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas na Assembleia da Juventude



Encontro Comunitário marcou a comemoração da efeméride em Barão de São João

dos campos de trabalho internacionais que, logo a seguir ao 25 de Abril, atraíram até àquela aldeia rural do concelho de Lagos jovens de várias nacionalidades para aqui participarem num projeto comunitário inédito. Momentos e vivências recordados igualmente através da exibição de fotografias antigas, em que muitos dos presentes se reconheceram, recordando, com emoção, familiares e amigos. Aos participantes na iniciativa, organizada pela Câmara Municipal, através do projeto Barão ConVIDA, com o apoio da Junta de Freguesia de Barão de São João, foi oferecido simbolicamente um cravo feito em tecido, evocando o simbolis-

mo da data, cujo significado é reconhecido por quem o viveu na primeira pessoa, mas também pelos mais novos e até por aqueles que aqui se fixaram, vindos de outros países. Colóquios, conferências, palestras, debates, atividades com a comunidade escolar, exposições, intervenções artísticas comunitárias, visitas guiadas, *workshops*, lançamento de edições, concertos, cinema, atividades literárias e desportivas, completam a programação organizada conjuntamente pelos órgãos do município (Câmara e Assembleia Municipal), que se estende às freguesias, procurando envolver nesta celebração todas as forças vivas locais.

As atividades vão prolongar-se até ao final do ano em curso, podendo ser consultadas na agenda *online* em cm-lagos.pt, na agenda bimestral E-VENTOS ou no programa “LAGOS, LIBERDADE E DEMOCRACIA”, acessível aqui:





A construção da marina de Lagos faz capa no Boletim Municipal de março de 1994



Já são visíveis os novos pontões flutuantes da área de ampliação da Marina de Lagos

ESTÁ EM CURSO A EXPANSÃO DA MARINA DE LAGOS

Foi simbolicamente lançada, no dia 12 de fevereiro, a primeira estaca da obra de expansão da Marina de Lagos. Um investimento privado de 12,5 milhões de euros que irá incrementar a economia do mar e, simultaneamente, requalificar uma importante área pública da cidade, na margem esquerda da ribeira de Bensafrim.



O presidente da Câmara José Valentim Rosado e demais entidades na inauguração da Marina de Lagos (foto divulgada na edição de outubro de 1994 do Boletim Municipal)

O presidente da Câmara participou na cerimónia, juntamente com outras entidades oficiais convidadas, e felicitou a Marlagos, promotora da ampliação, pela resiliência demonstrada, a qual permitiu concretizar um investimento importante para a atratividade do território, melhorando as condições disponíveis para a náutica desportiva e recreativa e para todos os operadores ligados à economia do mar; designadamente a pesca profissional, os pescadores lúdicos, as atividades marítimo-turísticas, o estaleiro naval da Sopromar e o Clube de Vela de Lagos, com o seu projeto do Centro Náutico



O presidente da Câmara proferindo a sua intervenção na cerimónia de lançamento da primeira estaca da expansão da Marina de Lagos & Yachtclub

igualmente previsto para este local. Hugo Pereira recordou o arrojo dos promotores da construção da Marina de Lagos e do autarca então em funções (José Valentim Rosado), cuja visão permitiu desenvolver esta infraestrutura e transformar a cidade, atribuindo-lhe um novo dinamismo. Mais de 30 anos depois, faltava requalificar a área envolvente ao porto de pesca de Lagos, que já não oferecia condições de segurança e dignidade. O tema foi reiteradamente discutido com a entidade gestora desta área – a Docapesca –, mas o impasse só foi ultrapassado com a disponibilidade

demonstrada pela Marlagos de ampliar a Marina e qualificar a área do espelho de água e da sua envolvente, comprometendo-se a executar todas as garantias para a continuidade e melhoria das condições de trabalho e operação dos vários agentes económicos presentes neste território. Martinho Fortunato, presidente do Conselho de Administração da empresa, recordou o primeiro grande impulsionador da Marina de Lagos - Eng.º Joaquim Fortunato – e referiu-se ao impacto do investimento que está a ser feito, sublinhando as preocupações presentes no projeto para que este es-

teja alinhado com o território, a cidade, os parceiros económicos locais e um grande compromisso com a sustentabilidade. A apresentação do Yachtclub e do espaço público envolvente coube ao Arq. Mário Martins, autor do projeto. A ampliação da Marina de Lagos contempla 55 postos de amarração e 30 armazéns para a pesca profissional, 40 postos de amarração para o Clube de Vela, 170 lugares de amarração para a náutica de recreio local, com pontões flutuantes, 135 novos lugares de estacionamento automóvel e 18 mil metros quadrados de zona requalificada, incluindo a construção do Yachtclub.

APOIO ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA

A Câmara Municipal de Lagos inaugurou a sua atividade de 2026 com a entrega de viaturas a forças de segurança que exercem a respetiva missão no concelho.

A cedência de veículos à PSP e à GNR, por parte da autarquia, visou reforçar a capacidade operacional destas duas forças de segurança, designa-

damente no que ao policiamento de proximidade diz respeito.

Um contributo para ajudar os agentes nesta sua importante missão de garantir os melhores padrões de ordem e segurança para o concelho e região, beneficiando a comunidade residente, os visitantes e a intervenção junto de grupos mais vulneráveis da população.



VIDEOVIGILÂNCIA PARCIALMENTE AUTORIZADA

A Câmara Municipal tem estado a desenvolver, em articulação com as forças de segurança, o projeto para a instalação de um sistema de videovigilância em Lagos. O objetivo é monitorizar espaços públicos ou de acesso público, acautelar a proteção de pessoas, animais e bens e prevenir factos qualificados pela lei como crimes, em locais onde exista maior risco de ocorrência. A matéria carece de parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados e de autorização da tutela governamental.

No passado dia 17 de março, foi publicado, em Diário da República, o despacho de autorização do Secre-

tário de Estado da Administração Interna na componente sob a alçada da Guarda Nacional Republicana, que prevê a instalação de 23 câmaras de videovigilância, abrangendo a Vila da Luz, a Meia Praia, entre outras áreas. Para a área urbana da jurisdição da Polícia de Segurança Pública está previsto um número superior de câmaras, justificado pela maior densidade populacional e de atividades, o qual ainda aguarda a respetiva autorização.

Quando o sistema estiver totalmente autorizado, o município lançará os procedimentos de contratação pública para a compra e instalação das

câmaras, equipamento e aplicações informáticas que integram o sistema de videovigilância.

Lagos será, assim, o sexto município algarvio a ter este tipo de solução, através do qual se procura auxiliar, e não substituir, a ação dos militares da GNR e dos agentes policiais, sendo que cada força de segurança ficará responsável pelo controlo da sua área de jurisdição.

Enquanto se aguarda a autorização completa, a infraestrutura técnica necessária ao funcionamento do sistema de videovigilância está a ser criada com uma obra de instalação de fibra ótica a decorrer no concelho.



O novo comando da Polícia Municipal de Lagos: o comandante Fábio Coelho (no centro, à dir.) e o adjunto de comando Hélio Jesus (no centro à esq.), acompanhados dos agentes municipais

POLÍCIA MUNICIPAL DE LAGOS TEM NOVO COMANDO

No dia 1 de junho iniciaram funções na Polícia Municipal de Lagos o comissário Fábio Coelho, como comandante desta polícia administrativa local, e o chefe principal Hélio Jesus, como adjunto de comando, ambos provenientes da Polícia de Segurança Pública (PSP) e conhecedores da realidade local. Nesta data entrou, também, ao serviço mais um agente municipal.

Aproveitando a presença na cerimónia das forças de segurança que atuam no território, o presidente da Câmara su-

blinou a boa articulação que tem existido, reiterando a disponibilidade para continuar a colaborar com as mesmas e para dotar o corpo de Polícia Municipal dos recursos necessários ao cumprimento da respetiva missão. Hugo Pereira dirigiu, igualmente, uma palavra de reconhecimento ao trabalho realizado pelo anterior comandante, Sérgio Remudas, que “construiu toda uma estrutura de procedimentos e atuação a partir do zero”.

Fábio Coelho agradeceu a confiança de-

positada nesta nova equipa de comando, cuja tarefa prioritária será “ouvir as entidades e os próprios agentes municipais, analisar os procedimentos e definir o modelo de policiamento a adotar, sem nunca abdicar de valores inegociáveis como a proximidade, a visibilidade, o humanismo e a pedagogia, em prol do interesse público”. Aos agentes, em particular, o comandante reconheceu a exigência das funções, lembrando o orgulho que estes devem sentir por estarem ao serviço da comunidade.

MUNICÍPIO E FREGUESIAS AO SERVIÇO DA POPULAÇÃO

A Câmara aprovou a transferência de recursos financeiros para as cinco freguesias do concelho, o nível do Poder Local e da Administração Autárquica mais próximo das populações e, por conseguinte, mais apto a responder a determinadas necessidades específicas das respetivas comunidades.

Ao todo são cerca de 1,5 milhões de euros os meios que o município

irá transferir para as juntas de freguesia, delegando nas mesmas a responsabilidade relativa aos espaços verdes, limpeza de vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros, pequenas reparações nos estabelecimentos de educação do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes, assim como a gestão e manuten-

ção corrente de feiras e mercados. Os acordos de transferências de competências para as freguesias representam um contributo para afirmar o seu papel como polo essencial da democracia de proximidade e da igualdade no acesso aos serviços públicos, procurando também contribuir para uma maior coesão territorial.



INFORMAR, ESCLARECER, ENVOLVER E PREVENIR

Informar e sensibilizar sobre as múltiplas matérias da competência do município tem sido uma constante. O objetivo é capacitar e trabalhar com os cidadãos numa vertente preventiva, fazendo valer os direitos das partes envolvidas, e para que as atividades estejam conformes as exigências legais e regulamentares em vigor. Uma estratégia desenvolvida em parceria com várias entidades oficiais, como foram os casos das III Jornadas do Consumidor (16 de março), da sessão informativa sobre contratação de trabalhadores estrangeiros (em fevereiro) e da sessão informativa “Trabalhar por Conta Própria em Portugal: Direitos e Deveres do Trabalhador Independente” (no final de março), estas últimas promovidas pelo CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, en-

volvendo respetivamente a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho e a AT - Autoridade Tributária, que foram úteis tanto para empresários, como para os trabalhadores independentes estrangeiros e até para outros trabalhadores, dado que algumas das matérias relativas a obrigações fiscais são transversais, promovendo uma maior consciência e prevenindo eventuais vulnerabilidades associadas a este regime de trabalho.

Em março, a autarquia realizou, ainda, através do Serviço de Licenciamento de Atividades, com a colaboração do Serviço de Proteção Civil e Defesa da Floresta e da Unidade Local de Saúde do Algarve, uma sessão de esclarecimento sobre o licenciamento de divertimentos públicos, as condições de segurança de eventos/recintos e medidas de higiene e

segurança alimentar. Informar sobre o que está sujeito a licenciamento, a antecedência mínima com que os pedidos têm de ser apresentados junto da Câmara, as formalidades aplicáveis, as exigências de segurança (ex. planos de evacuação e medidas de autoproteção) e as boas práticas a seguir em matéria de higiene e segurança alimentar (nos recintos e atividades em que esta componente está presente), foram alguns dos temas abordados. Quem não teve oportunidade de assistir e pretenda garantir a conformidade dos respetivos eventos, é útil saber que esta apresentação está disponível *online*, através do seguinte QR-Code:





LAGOS FOI PALCO DE EVENTOS NA ÁREA DA SAÚDE

O município foi, uma vez mais, a cidade escolhida para a realização de importantes eventos na área da saúde.

O tema “Dor: Ciência, Emoção e Futuro” dominou o 5.º Congresso da Mama do Algarve, ocorrido no passado dia 27 de

fevereiro, no Hotel Vila Galé, trazendo ao debate questões de interesse para um vasto conjunto de profissionais que trabalham na prevenção, tratamento do cancro da mama e prestação de cuidados, assim como para todos os interessados nesta

temática central da literacia em saúde. Discutir o futuro da inovação em saúde, a longevidade e o desenvolvimento territorial, foi o que motivou o “Lagos WellTech Summit 2026”, realizado alguns dias depois, a 11 e 12 de março. O encontro, que reuniu decisores públicos, especialistas, academia, empreendedores e líderes do setor da saúde e bem-estar, promoveu uma reflexão estratégica sobre os grandes desafios e oportunidades que se colocam aos sistemas de saúde, aos territórios e à economia do bem-estar; abordando temas como saúde digital, integração de cuidados, inovação em cuidados continuados, o papel da água e do termalismo no futuro da saúde preventiva, turismo de saúde, políticas públicas e sustentabilidade.



“HABITAÇÃO EM LAGOS - QUE FUTURO?”

Este foi o tema do seminário que assinalou, no passado dia 11 de abril, o arranque das V Jornadas de Lagos, uma iniciativa da Assembleia Municipal promovida sob o lema “Pensar Lagos na encruzilhada do futuro”. O evento contou com a participação de um painel de decisores políticos e oradores de reconhecido mérito nas áreas da habitação e do ordenamento do território, nomeadamente: Patrícia Gonçalves Costa,

Secretária de Estado da Habitação; Luís Sanchez de Carvalho, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Orlando Vargas, da Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE); Sara Coelho e Hugo Pereira, respetivamente vereadora e presidente da Câmara Municipal de Lagos. A sessão proporcionou a reflexão e debate em torno dos desafios atuais e futuros da habitação no concelho de

Lagos, reunindo contributos relevantes de diferentes perspetivas institucionais e técnicas.

O vídeo integral do Seminário encontra-se disponível *online*, podendo ser consultado aqui:





Imagem 3D da proposta, não vinculativa da solução final de projeto

PARQUE DA CIDADE VAI SER AMPLIADO

O projeto da 3.^a fase do Parque da Cidade visa completar o anel verde envolvente à muralha, requalificar e valorizar o troço compreendido entre a Rua José Afonso e a Travessa do Cemitério, promovendo a ligação entre o centro histórico e a cidade extramuros.

Na sequência do concurso público de conceção lançado pelo município, foi selecionada a proposta que dará origem ao Projeto de Execução do Parque da Cidade de Lagos – 3.^a fase. Com um custo de 250.000,00€ (acrescido de IVA) e um prazo de elaboração de 300 dias, este projeto propõe-se: promover o desenvolvimento ordenado e sustentável da zona de intervenção (com uma área de 32 700 m²); valorizar o património histórico e a sua memória (a muralha renascentista e outras edificações); criar espaços públicos que promovam a fixação de vivências nessas áreas; e qualificar esta zona sensível, potenciando a sua componente ambiental, enquanto parque urbano. Aspetos como a articulação entre espaços, o prolongamento da cintura verde urbana existente (cor-

respondente à 1.^a e 2.^a fases do Parque da Cidade), a mobilidade (acessos e estacionamento, privilegiando os modos suaves) e a iluminação da muralha, são algumas das vertentes a que o projeto da 3.^a Fase do Parque da Cidade terá de dar resposta. Na prática, o que se pretende é criar um espaço verde de usufruto coletivo, com alguma escala, que desempenhe, simultaneamente, funções bioclimáticas e a valorização ambiental e paisagística da área, visando o equilíbrio ecológico da cidade.

Na proposta vencedora o jardim surge como o elemento central do terreno existente. Os parques de estacionamento, que irão servir tanto o parque como a cidade, ficarão posicionados nos extremos Norte e Sul, garantindo 262 lugares, entre estacionamen-

to coberto e à superfície. O conceito base é que nos extremos do parque sejam implantados os estacionamentos e estruturas de apoio, libertando o miolo do terreno para a criação de percursos pedonais e cicláveis, sítios de estar, parque infantil e vegetação, potenciadores de atividades lúdicas e recreativas. As preocupações com o tipo de vegetação, os materiais construtivos, a manutenção e os consumos de água e energia estão igualmente presentes na proposta, visando a sustentabilidade ambiental, económica e social, assim como a redução da pegada ecológica deste investimento.

Segundo as estimativas iniciais, a sua concretização representa um investimento próximo dos cinco milhões de euros, valor que o projeto melhor confirmará.

PLANO DE PORMENOR DA ENVOLVENTE À ESTAÇÃO

OBRAS DE URBANIZAÇÃO VÃO ALTERAR A CIRCULAÇÃO VIÁRIA NA ZONA

Quem passa pela zona compreendida entre a Estrada da Meia Praia, a Marina e a Estação, apercebe-se dos condicionamentos que os trabalhos em curso têm provocado à circulação viária e pedonal. A empreitada municipal de requalificação e ampliação da Escola das Naus é, parcialmente, responsável por estas alterações, uma vez que obrigou à ocupação do parque de estacionamento com instalações escolares provisórias. A estas somam-se as obras de urbanização em curso, previstas no Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Estação de Lagos e realizadas por promotores privados.



O referido instrumento de gestão urbanística, aprovado em 2008, deriva de protocolos assinados em 2001 e em 2005, através dos quais a Câmara de Lagos e as diversas entidades tutelares daquela parcela do território acordaram os termos da requalificação e renovação da área da estação ferroviária de Lagos e da zona ribeirinha entre a estação e a Meia Praia. A regeneração urbana de toda esta localização privilegiada, no cruzamento entre o mar e a terra, contempla a criação de infraestruturas viárias mais adequadas, seja para quem chega de comboio ou para aceder à Marina, à Doca de Lagos e à praia.

Assim, conforme ilustrado na imagem, o novo acesso rodoviário vai ser desviado, passando entre os edifícios dos novos hotéis e desembocando na rotunda já existente, situada entre a antiga e a nova estação ferroviária. Esta alteração é acompanhada do reordenamento do estacionamento e da requalificação do espaço público, dando lugar a uma nova zona de estar, frente à antiga estação.

No âmbito desta intervenção houve, ainda, necessidade de proceder à remoção de algumas árvores, estando prevista a sua reposição com a plantação de novas espécies arbóreas.



ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Está em curso a remodelação do sistema de abastecimento e a substituição de condutas.

A antiguidade de muitas das condutas existentes no concelho de Lagos está na origem de roturas e cortes pontuais do abastecimento de água. Para diminuir as perdas e tornar o sistema mais eficiente, está a ser feito um expressivo investimento de mais de nove milhões de euros na remodelação da rede, com destaque para as

seguintes intervenções e empreitadas: a “Substituição da Conduta de Abastecimento de Água do RI à Cidade de Lagos”; a “Substituição das Condutas de Fibrocimento que abastecem as povoações de Espiche e Almádena, a partir do Reservatório de Monte Lemos”; a “Reabilitação do Reservatório RIII, Torraltinha”; a “Diminuição de Perdas de Água

no Sistema Distribuidor sob influência do Reservatório RI no Concelho de Lagos” (dentro da cidade); a “Diminuição de Perdas de Água no Sistema Distribuidor do Concelho de Lagos” (por todo o concelho); e a “Substituição de Troço da Conduta de Interligação entre os Reservatórios RVII (Caliças) e RVIII (Palmares) – Meia Praia”, a iniciar a todo o momento.

A primeira delas é bem perceptível através dos trabalhos no troço compreendido entre a Rotunda de S. João e o Terminal Rodoviário, obrigando ao condicionamento da circulação automóvel em diversos pontos nesta área da cidade, à medida que a obra vai avançando, o mesmo acontecendo nas restantes empreitadas. Trata-se de constrangimentos pontuais e temporários, indispensáveis à realização de trabalhos desta natureza e dimensão, para os quais o município apela à compreensão e colaboração dos cidadãos.



ESTRADA DA PONTA DA PIEDADE

Complementando a intervenção realizada no âmbito da 2.ª fase de requalificação e valorização da Ponta da Piedade (troço compreendido entre o Farol e o Pinhão), no âmbito da qual foram requalificados os acessos viário, pedonal e ciclável, foi executado o muro de proteção à ciclovia no troço mais próximo do cruzamento de acesso à Praia D. Ana.





A instalação de painéis fotovoltaicos vai permitir abastecer as áreas empresariais de Lagos

INFRAESTRUTURAS DE NOVA GERAÇÃO PARA AS ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

Está em fase de conclusão a empreitada de execução de infraestruturas de nova geração que irão servir as três áreas de acolhimento empresarial de Lagos (Área Municipal Empresarial do Chinicato, Área Empresarial da Marateca e Área Empresarial do Pinheiral).

Neste âmbito, foi construída uma central fotovoltaica para produção de energia elétrica, conforme é possível ver na imagem. Esta Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) está localizada no Chinicato e integrada naquilo que se designa como Comunidade de Autoconsumo Coletivo de Energia Renovável. Destinando-se principalmente à produção de energia elétrica com recurso a painéis fotovoltaicos, engloba quatro componentes importantes para promover a transição verde e digital destes polos de desenvolvimento empresarial e a competitividade das empresas aí instaladas: comunicações (incluindo

a conceção e construção de soluções integradas destinadas às estações de telecomunicações 5G); segurança (com a instalação de medidas ativas de prevenção e proteção contra incêndios); sistemas de produção e armazenamento de energia renovável para autoconsumo; e mobilidade sustentável (com a instalação de postos de carregamento para viaturas elétricas).

A empreitada representa um investimento de quase cinco milhões de euros (4.619.989,58€ acrescidos de IVA), sendo a única deste âmbito desenvolvida no Algarve com financiamento do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência.



As ações de plantação de novas árvores uniram entidades, Sapadores Florestais, comunidade escolar e utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lagos

SEMANA VERDE DEIXOU SEMENTES DE RENOVAÇÃO

O Dia Mundial da Árvore (21 de março) e o Dia Mundial da Água (22 de março) foram, uma vez mais, assinalados com atividades integradas naquela que tem sido designada como “Semana Verde”. Informar, sensibilizar, envolver a comunidade, mas também aproveitar a oportunidade para valorizar ações correntes de gestão e manutenção da estrutura verde de Lagos, são os objetivos da iniciativa que, este ano, deixou um saldo de 157 novas árvores plantadas. A somar às 143 plantadas posteriormente, Lagos ganhou 300 novos exemplares arbóreos, substituindo os que caíram ou tiveram de ser abatidos na sequência dos temporais que afetaram o nosso território no último inverno.

As árvores, tema simultaneamente importante, apaixonante e controverso, esteve em foco na opinião pública local, fruto da dificuldade em aceitar a necessidade de, por razões de segurança para pessoas e bens, se proceder pontualmente ao

abate de árvores. Uma decisão que, para além de não ser tomada de ânimo leve pelos decisores políticos do município, é sempre acompanhada de medidas compensatórias, mais concretamente com a plantação de novas árvores que valorizem

os espaços públicos e contribuam para a sustentabilidade ambiental das áreas urbanas, conforme prevê o Plano de Gestão da Estrutura Verde Urbana de Lagos. Perante o alarme social gerado por esta situação, o município fez o balanço dos números, concluindo que entre 2019 e 2025 houve a necessidade de abater um total de 1 017 árvores, as quais foram substituídas, tendo sido plantadas 1 688 novas árvores, resultando num saldo positivo de 671 árvores.

Entre as razões mais frequentes para a queda ou o abate de árvores estão: a queda súbita por ação de fenómenos climáticos (ventos fortes e excessiva acumulação de água nos solos, como aconteceu recente-



mente); o elevado estado de degradação dos exemplares arbóreos, devido à idade e a outros fatores, que afetem irremediavelmente a resistência biomecânica das raízes, dos tecidos que formam o caule e das pernadas secundárias, limitando a sua estabilidade e acentuando o risco de queda de pernadas e da própria árvore; doenças e pragas; a degradação de pavimentos e infraestruturas subterrâneas, como condutas de abastecimento de água, esgotos e sistemas de drenagem de águas pluviais (foi o que aconteceu, por exemplo, na Av. Cabo Bojador, em Lagos, onde as árvores que estavam na origem desta incompatibilidade tiveram de ser abatidas e substituídas por outras espécies mais adaptadas às características daquela artéria); ocorrências de vandalismo; assim como limitações à mobilidade na via pública. Depois do temporal ocorrido no final de janeiro e da subsequente inspeção e avaliação técnica ao arvoredo urbano de Lagos, foi definido e implementado um plano de ação que, em função da análise de cada situação, determinou a poda de árvores ou o seu abate. Esta solução mais extrema acabou por ter de ser aplicada

em vários espaços públicos da cidade, como foi o caso da Praça Gil Eanes e Av. dos Descobrimentos, assim como em outros arruamentos do centro histórico e das áreas de expansão urbana.

Neste tipo de intervenção, o município tem a preocupação de fazer, sempre que possível, a substituição com árvores da nossa flora autóctone, mais adaptadas às alterações climáticas, com menor necessidade de rega, mais tolerantes à radiação solar e altas temperaturas e com folha persistente, garantindo copas que promovam o sequestre do carbono e o sombreamento de áreas pedonais e de lazer. À parte dessas medidas de cariz mais pontual, há toda uma manutenção igualmente prevista no Plano de Gestão da Estrutura Verde Urbana de Lagos que inclui a verificação periódica do estado fitossanitário das árvores, as podas de manutenção, a aplicação de tratamentos (ex.: contra o escaravelho e a podridão rosa das palmeiras, a lagarta processionária dos pinheiros ou a melada que afeta algumas espécies arbóreas), ações de tutoragem (colocação de estacas de suporte) e abates programados e devidamente justificados.

Merece recordar que o Plano de Gestão da Estrutura Verde Urbana de Lagos (PGEVUL), apresentado publicamente em 2023, prevê - entre as 54 medidas que compõem o respetivo Plano de Ação - a substituição de árvores de arruamento, uma medida que implica o abate dos elementos arbóreos que se apresentam mal-adaptados ao local de plantação, em mau estado fitossanitário ou incompatíveis com as estruturas construídas e infraestruturas subterrâneas. Outra das medidas que irá ser implementada é a elaboração do Inventário Municipal do Arvoredo em Meio Urbano e do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, conforme está previsto no Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano (Lei n.º 59/2021 de 18 de agosto). Este regulamento municipal irá incluir as regras técnicas e operacionais específicas para a preservação, conservação e fomento do arvoredo urbano. Por seu lado, o Inventário deve incluir, nomeadamente, o número, o tipo e a dimensão de espécies arbóreas existentes em domínio público municipal e domínio privado do município.

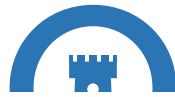
Ao nível da criação de novos espaços verdes, matéria igualmente abordada no Plano de Gestão da Estrutura Verde Urbana de Lagos, o município tem em fase de projeto a “Expansão do Parque da Cidade (3.ª Fase)”, o “Passeio Marítimo da Meia Praia” e o “Parque Urbano de Lagos – Complexo de Saúde e Bem-Estar”.

Para mais informações, o PGEVUL está disponível para consulta aqui:



Na Rua Portas de Portugal e Praça Gil Eanes foram plantadas novas árvores, em substituição das que caíram ou tiveram de ser cortadas





MELHOR RESULTADO DE SEMPRE NO ECO XXI

Mais informações aqui:



Lagos voltou a receber a Bandeira Verde e a destacar-se no panorama nacional da sustentabilidade ao alcançar, na edição de 2025 do projeto ECO XXI, uma classificação final de 86,4 %, o melhor resultado de sempre desde que o município integra este programa.

O resultado obtido permitiu a Lagos regressar ao escalão de pontuações acima dos 80% e consolidar a evolução positiva do trabalho desenvolvido. A nível regional, foi o município mais bem classificado do Algarve, alcançando ainda o 14.º

lugar no ranking nacional, entre os 61 que participaram nesta última edição. Baseando-se num conjunto de indicadores que incidem sobre áreas como a educação ambiental, a gestão de resíduos, a eficiência energética, a mobilidade sustentável e o ordenamento do território, entre outras, o projeto ECO XXI promovido pela ABAAE – Associação Bandeira Azul do Ambiente e Educação visa promover, divulgar e reconhecer boas práticas, políticas e ações locais, distinguindo os municípios que mais apostam num desenvolvimento sustentável integrado.



PROSSEGUE A LUTA CONTRA A INVASÃO DE ALGAS

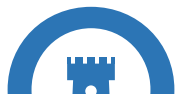


A Câmara Municipal lançou um novo procedimento de contratação de serviços externos para a recolha de algas na linha marítima do concelho de Lagos, compreendendo o troço de costa que vai desde a Meia Praia até à Praia da Luz. Cerca de cem mil euros é quanto a autarquia espera gastar, durante um ano, para evitar a acumulação de algas e garantir que as zonas balneares se apresentam em condições de receber os banhistas.

O problema causado por estas espécies infestantes, que afeta cada vez mais a costa portuguesa e, em particular, o Algarve, tem sido objeto de estudo pela comunidade científica e aca-

démica e de debate pelos municípios mais fustigados.

Das várias apresentações tornadas públicas, uma certeza existe: é a de que as macroalgas exóticas vieram para ficar e, muito embora não tenham efeitos adversos para a saúde humana, provocam incómodo na utilização das zonas balneares, prejudicam o turismo e afetam a biodiversidade marinha. É, por isso, uma corrida contra o tempo a que se vive para encontrar soluções integradas que permitam mitigar os impactos das algas invasoras e valorizar economicamente as toneladas desta biomassa recolhidas todos os anos.



A ONDA VAI CRESCER E SER MAIS SUSTENTÁVEL



A Câmara aprovou a abertura de concurso para o serviço público municipal de transporte de passageiros. O investimento, no valor de 20 milhões de euros, visa garantir a continuidade, por mais sete anos, d' A Onda, conforme previsto no Plano Estratégico para os Transportes Municipais.

O estudo, apresentado em 2025, identificou as necessidades de mobilidade da população, de evolução do transporte público e de ajustamento à rede existente, assim como os vários cenários de gestão. A decisão acabou por recair no modelo de prestação de serviços, considerado o mais equili-

brado por manter na esfera municipal a autonomia de decisão em matérias determinantes, como a definição da rede, horários e tarifário.

Entre as principais alterações, estão a reformulação da rede, que passa a ser constituída por 11 linhas, a alteração da Linha 8 (Monte Ruivo, Cotifo e Arão) e o alargamento a zonas da cidade com carência de transporte público (Atalaia, Quinta da Boavista, Porto de Mós e Camilo/Ponta da Piedade). A nova rede passa a ter uma cobertura territorial praticamente total, com mais de 96% da população a residir a menos de 400m de uma paragem de transporte público. O

horário de verão será alargado para quatro meses e serão criados mais horários, em especial nas linhas que servem as zonas rurais. A pensar sobretudo na população em idade ativa, algumas linhas terão o primeiro autocarro a circular por volta das 6h00 da manhã e o regresso entre a meia-noite e a 1h00.

Outra das novidades visa tornar a rede ambientalmente sustentável. Para isso, está prevista a renovação do material circulante, com 65% da frota, no início do contrato, constituída por veículos movidos a energia elétrica, devendo chegar a 2030 com 100% de autocarros elétricos.

NOVOS SANITÁRIOS PÚBLICOS EM FUNCIONAMENTO

Conforme noticiado na edição anterior, a autarquia fez um investimento na aquisição de instalações sanitárias automáticas de utilização pública, as quais foram instaladas em locais centrais, de especial afluência e visitação. Ponta da Piedade, D. Ana, Praça do Infante, Terminal Rodoviário e Mata de Barão de S. João foram os locais abrangidos por esta melhoria.

De utilização gratuita, com higienização automática (de 15 segundos entre utilizações) e acessíveis a pessoas com

mobilidade reduzida, estes sanitários estão agora a funcionar em horários ajustados às características de cada local e à afluência de utilizadores, podendo variar consoante a época do ano. O horário mais alargado é o das instalações que servem o Terminal Rodoviário (5h30 à 1h00, durante todo o ano) e a Praça do Infante (7h00 à 1h00, de junho a setembro). Os restantes abrem um pouco mais tarde (entre as 8h00 e as 9h00) e encerram entre 19h00 e as 21h00, dependendo dos locais.



JÁ EXISTE NOVO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Foi elaborado e aprovado o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) 2026-2029. O documento reforça o compromisso do município com a promoção da igualdade, a defesa dos direitos humanos, a prevenção da discriminação e o fortalecimento da coesão social no concelho, com vista à construção de um território mais equitativo.



Alinhado com a “Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual”, o novo plano dá continuidade ao trabalho iniciado em 2020 e consolida a estratégia municipal nesta área. Estruturado em duas dimensões — interna e externa -, materializa-se em seis eixos estratégicos: Governação, Estratégia e Participação; Igualdade no Trabalho e Gestão de Pessoas; Formação, Sensibilização e Comunicação Inclusiva; Conciliação entre Vida Profissional, Pessoal e Familiar; Educação, Juventude e Comunidade; Coesão Social e Território. O alcance deste instrumento é prevenir e combater discriminações baseadas no sexo, orientação sexual, identidade de género, origem étnico-racial, deficiência, idade, religião ou outras formas de exclusão, promovendo uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa.

A promoção da igualdade entre mulheres e homens, do combate à violência doméstica, à violência contra as mulheres e à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais está, há muito, na agenda do município e da Rede

Social de Lagos. O primeiro passo foi dado em 2011, com a assinatura do Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Este compromisso seria renovado em 2021, através da adesão à Nova Geração de Protocolos de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação. Igualmente decisiva foi a adesão, em 2019, à Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, que deu origem ao funcionamento do Gabinete de Apoio à Vítima de Lagos, dinamizado pela TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado.

Entre as várias iniciativas este ano realizadas, destacam-se as ações inseridas no projeto “Ente Nós Mulheres”. A próxima atividade, intitulada “Human Design – Descubre Quem és” está agendada para 15 de junho. Não perca!

Conheça o diagnóstico e as medidas integradas no Plano de Ação 2026-2029, disponível aqui:





Exposição “Olhares da Infância sobre as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo” (AEJD)

RESPOSTAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

De acordo com os dados oficiais, em 31 de dezembro de 2025 estavam registradas em Lagos 103 pessoas em situação de sem-abrigo, das quais a maior parte (93) a pernoitar em espaço público ou com paradeiro precário e 10 a residir nas instalações do projeto TMN, acompanhadas no âmbito do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Lagos (NPISA Lagos). Este coletivo de entidades parceiras, coordenado pelo município, tem-se empenhado na planificação de atividades, conjugando esforços e rentabilizando os recursos disponíveis, numa lógica de complementaridade de intervenção.

Para mitigar este grave flagelo social são dinamizadas várias frentes de trabalho, entre as quais a identificação e organização de recursos, agora compilados num folheto informativo que lista e situa os apoios existentes na comunidade para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA), instrumento essencial para intervir junto deste público e garantir-lhe as necessidades mais básicas. As respostas disponíveis incluem refeições confeccionadas, cabazes de alimentos, pequenos lanches, kits de

emergência alimentar, higiene pessoal e gás, serviços de balneário/higiene pessoal, lavagem e secagem de roupa, vestuário e agasalhos, atendimentos sociais, alojamento temporário e apoio através dos projetos LEGOS e TMN. Neste âmbito, merece destacar a recente abertura da loja do projeto LEGOS, espaço que reforça a presença territorial, o trabalho de proximidade e fortalece a relação de confiança com as pessoas acompanhadas, assegurando respostas acessíveis e ajustadas às suas necessidades.

A sensibilização da comunidade e o combate ao estigma é outro dos eixos prioritários do NPISA Lagos. Do trabalho dinamizado junto da população escolar resultou a exposição “Olhares da Infância sobre as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo”, que esteve patente no átrio do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI. A mostra transmitiu o olhar dos alunos do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas sobre esta realidade. Com trabalhos artísticos inspirados nos livros “Sem Abrigo” (Maria Inês Almeida e José Almeida de Oliveira) e “O Senhor do seu Umbigo” (Sandra Cabral Santos), os alunos lembraram que por trás de cada pessoa na rua existe uma identidade e uma história, dando visibilidade a quem muitas vezes se torna “invisível” no quotidiano da cidade e reforçando a importância de estarmos atentos às necessidades dos outros.

Para aceder ao mapa com as respostas existentes na comunidade para as pessoas em situação de sem-abrigo ou sinalizar quem se encontre nesta condição consulte a página do município aqui:





CIRCUITO CIDADE DE LAGOS EM ATLETISMO

É já uma tradição no calendário regional da modalidade, levando equipas e atletas a correr em pisos de corta-mato, pista, estrada e areia, e a conhecer as freguesias do concelho de Lagos, proporcionando espetáculo desportivo em diferentes contextos paisagísticos.

Nesta 24.^a edição, o Circuito Concelhio Cidade de Lagos em Atletismo teve início a 25 de janeiro, com o Corta-Mato da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos. A 2.^a prova, realizada em fevereiro, levou as equipas e atletas a correr no Corta-Mato de Barão de São João,

seguindo-se, já em abril, a Milha Carlos Cabral, realizada no estádio cuja pista foi batizada com o nome deste atleta lacobrigense, e o Grande Prémio de Odiáxere. A 1 de maio, o circuito passou pela Vila da Luz, com o Grande Prémio de Atletismo Luzense, a segunda prova de estrada desta 24.^a edição.

Até ao fim, os atletas ainda terão oportunidade de correr na 6.^a prova, o Grande Prémio de Atletismo de Bensafrim, no dia 28 de junho, e, a 12 de julho, na Corrida Baía de Lagos, prova final extra pontuação do circuito, onde serão

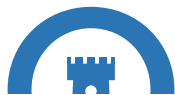
entregues os prémios desta edição. Esta iniciativa, onde participam anualmente centenas de atletas federados e não federados e clubes prove-nientes das regiões do Algarve e Alentejo, já ganhou notoriedade, a avaliar pela presença de atletas estrangeiros. A sua realização, promovida e coordenada pelo município, só é possível com a colaboração da Associação de Atletismo do Algarve, das juntas de freguesia e clubes desportivos do concelho, assim como dos Bombeiros Voluntários de Lagos.

MAIS ALUNOS CONTEMPLADOS COM BOLSA DE ESTUDO

A Câmara Municipal atribuiu, no ano letivo em curso (2025/2026), um total de 214 bolsas de estudo, alocando a este apoio cerca de 650 mil euros. A despesa, encarrada pelo município como investimento na formação da população residente, visa criar uma mão de obra cada vez mais qualificada e preparada para os desa-

fios e exigências do mundo do trabalho. Para garantir que os jovens estudantes a frequentar o 9.^o e o 12.^o anos de escolaridade têm conhecimento dos apoios atribuídos pelo município aos estudantes do ensino profissional e ensino superior, não deixando de prosseguir o respetivo percurso formativo e académico por

eventual falta de recursos financeiros por parte das respetivas famílias, a autarquia organizou a sessão “Academia F@z-te à Vida! - F@z-te à Bolsa”, através da qual esclareceu dúvidas sobre o processo de candidatura e os critérios de seleção, incentivando os interessados a prosseguir os estudos.



VEM AÍ MAIS UM VIVER O VERÃO

É um dos momentos mais ansiados pelas famílias lacobrigenses que procuram respostas para a ocupação de tempos livres (OTL) dos seus educandos, durante as férias grandes escolares. Para muitos jovens esta é, também, a oportunidade de terem uma primeira experiência como monitores, sentirem a responsabilidade das tarefas que lhes são confiadas e beneficiarem de uma aprendizagem enriquecedora, em contexto prático.

O Viver o Verão organiza-se em torno de três subprogramas, com condições de participação adequadas aos respetivos públicos-alvo: o “Viver o Verão +”, que se subdivide em Minis (com idades dos 6 aos 13 anos), Juniores

(com 14 e 15 anos) e Jovens/Monitores (16 aos 23 anos); o “Viver o Verão + In”, para crianças e jovens do 7 aos 18 anos com necessidades de saúde específicas; e o “Viver o Verão + Pré”, destinado a crianças em idade pré-escolar. No somatório dos vários públicos-alvo, a edição de 2026 está dimensionada para 900 participantes, com vagas distribuídas pelos núcleos de Lagos (onde se concentra o maior número), Luz, Bensafrim e Barão de São João e Odiáxere.

O Viver o Verão 2026 vai funcionar, como é habitual, nos meses de julho e agosto, decorrendo de 2.ª a 6.ª, período durante o qual serão desenvolvidas atividades lúdico-pedagógicas.

**VIVER
O VERÃO
2026**



PROGRAMA CONVIDA JOVENS A DESCOBRIR O SEU FUTURO

“Descobre o teu futuro” é o nome do novo programa lançado pelo município para os jovens residentes no concelho. Transformar a pausa letiva de verão numa oportunidade de descoberta vocacional, aprendizagem e crescimento pessoal, aproximando os jovens do tecido institucional, empresarial e social do concelho é o grande objetivo do projeto. Através de parcerias com empresas, instituições locais e serviços municipais, os participantes terão acesso a experiências práticas em diferentes contextos profis-

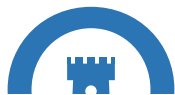
sionais, podendo contactar diretamente com áreas tão diversas como ciência, turismo, cultura, património, ambiente, desporto, apoio social, manutenção técnica, comunicação e economia local.

Mais do que uma ocupação de férias, o “Descobre o Teu Futuro” procura incentivar o autoconhecimento, a responsabilidade, a autonomia e o sentido de pertença comunitária, contribuindo para uma cidadania mais ativa e decisões futuras mais conscientes ao nível académico e profissional.

A decorrer entre 29 de junho e 18 de julho, o programa decorre em turnos semanais, disponibilizando nesta primeira edição um total de 34 vagas para jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos e escolaridade mínima igual ou superior ao 9.º ano.

Mais informações aqui:





BARÃO CONVIDA

No edifício onde outrora existiu comércio de proximidade, em pleno centro da aldeia de Barão de São João, funciona agora o Barão ConVIDA, um espaço cultural polivalente dedicado ao ambiente, artes e tradições.

A ideia de criação do equipamento surgiu no âmbito do Orçamento Participativo 2017, com expressiva adesão e apoio da comunidade local. Após as obras de requalificação realizadas pelo município, o espaço volta a ganhar vida e centralidade, como ponto de encontro, proporcionando a partilha de memórias e saberes, assim como a dinamização de iniciativas de valorização da cultura,

tradições locais e expressões artesanais e artísticas que marcam a identidade deste território e das suas gentes. Um trabalho desenvolvido pelos serviços da Câmara Municipal em estreita articulação com a Junta de Freguesia e as forças vivas locais, cujas iniciativas extravasam as portas do espaço.

O primeiro ciclo de *workshops*, dedicado ao tema “Experiências e saberes culturais” decorre até julho. Saiba mais aqui:



APOIOS À ATIVIDADE CULTURAL

Foi aprovado o pacote financeiro a atribuir, no ano em curso, às associações culturais e recreativas do concelho. Os subsídios, cujo valor global ultrapassa os 935 mil euros, vão apoiar 29 entidades e um total de 104 projetos. A estes acrescem apoios logísticos e um crédito de quilómetros para deslocações em viaturas municipais, os quais abrangem, igualmente, outras entidades que, não sendo de âmbito cultural, desenvolvem localmente atividades de relevante interesse social.

BIBLIOTECA CRIA CANTO DO LIVRO UCRANIANO

No âmbito das atividades de promoção do livro, dos autores e da leitura, regularmente realizadas, uma novidade marcou o arranque do ano na Biblioteca Municipal: a abertura do Canto do Livro Ucraniano. A iniciativa, realizada em parceria com a ORANTA – Associação de Apoio à Comunidade Ucraniana em Portugal, proporciona um espaço dedicado a livros em língua ucraniana, integrados no fundo bibliográfico da Biblioteca e disponíveis para leitura e empréstimo.



Inauguração da exposição "Geografias Pessoais"

CENTRO CULTURAL DE LAGOS DIVULGA A OBRA DE ARTISTAS PLÁSTICOS

O primeiro ciclo de exposições iniciou da melhor forma a programação expositiva de 2026 com as mostras "Geografia das Cores" de Carmelita Falé, artista plástica natural de Lagos, e "Linha e Mancha, Corpo e Máqui-

na" da autoria de Rui Sanches e proveniente da coleção Serralves. Neste período, houve ainda oportunidade de apreciar o trabalho de Rita RoMP, na mostra "De dentro para fora- fragmentos da exposição".



Inauguração da exposição "Instrmnts"

Em abril, novo ciclo de exposições, que se prolonga até 4 de julho, preencheu as salas do Centro Cultural com os trabalhos de Leonor Morais, Conceição Gonçalves e Isabel Machado, reunidos no projeto expositivo "Geografias Pessoais" que cruza o corpo, o desenho e o território. Em simultâneo, a exposição "Instrmnts", de Victor Gama, apresentou instrumentos musicais colaborativos e instalações sonoras que convidam o público a mergulhar num processo de experimentação musical.

REABRIU O POLO DE LEITURA DE BARÃO

Instalado no renovado edifício A Paragem, o Polo de Leitura de Barão de São João reabriu, em abril, as suas portas ao público, disponibilizando mais espaço, livros, computadores, acesso à internet e atividades. O edifício mantém, no entanto, uma função polivalente, acolhendo iniciativas de promoção e valorização da cultura e das



tradições locais, com envolvimento da comunidade residente e complementando a programação desenvolvida através do projeto "Barão Convida". A abertura oficial foi marcada pela apresentação da *Coletânea de Poesia Popular*, com a participação da poetisa Rosa Roxo, e da atividade "Dança-

te Famílias: Um Presente Especial". Para além deste equipamento, a Biblioteca Municipal tem polos nas vilas de Odiáxere, Bensafrim e Luz, constituindo espaços abertos a atividades dinamizadas em articulação com as juntas de freguesia e a participação ativa das forças vivas locais.



Subsídios para a História de Lagos - 18

A VISITA PRESIDENCIAL A LAGOS E A INAUGURAÇÃO DA BARRAGEM DA BRAVURA

Por Marta Nogueira

Arquivo Municipal



Museu da Presidência da República - Fotografia de Américo Tomás na inauguração da Barragem da Bravura em Odiáxere, 10 de maio 1959, (AAT-CF/CX137/0028)

Popularmente conhecida como Barragem da Bravura, devido à proximidade com o Monte da Bravura, a sua designação oficial foi de “Barragem de Odiáxere”. No momento da sua inauguração, é também dado destaque à “obra de rega dos campos do Alvor”.¹ A barragem permitiria o armazenamento de água e a obra de rega a sua distribuição para irrigar as terras agrícolas da zona de Odiáxere e

Alvor, permitindo transformar zonas de sequeiro em regadio e fomentar um desenvolvimento agrícola da região. Para além do aproveitamento hidroagrícola, a barragem integrava também uma central hidroeléctrica para a produção de energia. É uma infraestrutura enquadrada no primeiro *Plano de Fomento do Estado Novo* (1953-1958) também pensada para a auto-suficiência energética e alinhada

1) Ofício em que é feito um agradecimento pela colaboração da CM Lagos nos preparativos da obra – ofício 1773/DSAH-SET em 14 de maio de 1959.

Museu da Presidência da República - Fotografia de Américo Tomás na inauguração da Barragem da Bravura em Odiáxere, 10 de maio 1959, (AAT-CF/CX136/0108)



com a Lei n.º 2002, de 26 de dezembro de 1944, conhecida como a *Lei do Fomento Nacional de Electrificação*.

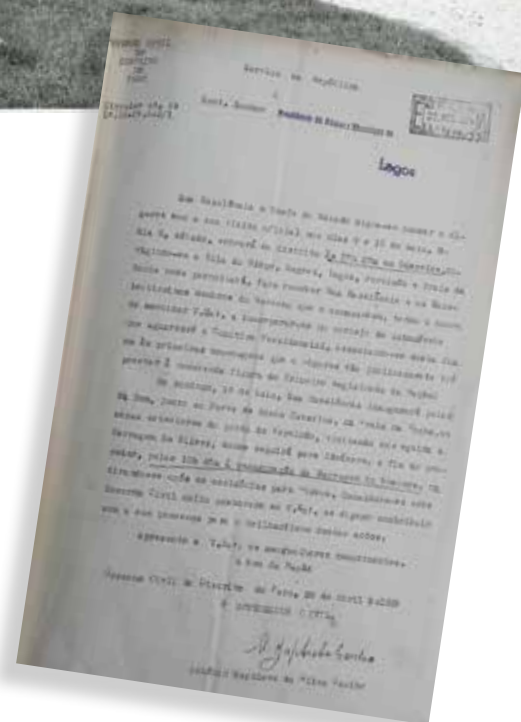
A barragem foi projetada em 1955, concluída em 1958 e inaugurada em 10 de maio de 1959, no âmbito da visita do presidente da república, Américo Tomás, ao Algarve nos dias 9 e 10 de maio.²

António Joaquim, com 99 anos de idade, funcionário reformado da Câmara Municipal de Lagos, conhecido por “Hortinha”, recorda os tempos em que trabalhou na construção da barragem: “O meu trabalho era cavar com a picareta. Era trabalho de dia e de noite, inicialmente 8 horas, mas depois 10, uma vez que não havia pessoal suficiente. Na construção da barragem, houve sempre falta de pessoal. Havia poucas máquinas e era tudo muito à base de trabalho braçal. Ainda foram buscar duas camionetas de pessoal a Barrancos por ordem da Junta da Casa do Povo. Mas a maior parte deles não se habituou ao trabalho e foram-se embora. Eram pessoas que trabalhavam na agricultura. A empresa responsável pela construção foi a Moniz da Maia & Vaz Guedes. Ao patrão, chamavam-lhe o “Cavalo Branco”. Havia os encarregados, um conhecido pelo Bezerra. O único engenheiro que

andava por lá era o Eng.º Prieto Rebelo. De início, tinham em mente encostar a barragem ao cerro, mas como aquilo era terreno frouxo acabaram por ter que fazer em cimento. Antes da barragem, havia muitas hortas e moinhos. Muitos ficaram debaixo de água e os que não ficaram deixaram de trabalhar por falta dela.”³

O testemunho oral dá vida ao registo documental salvaguardado pelos arquivos. E o que nos dizem os arquivos? O Arquivo Histórico da Economia terá documentos únicos para a história desta barragem.⁴ O Arquivo do Museu da Presidência da República faculta-nos dois registos fotográficos da inauguração da barragem pelo então presidente da república. São registos únicos e valiosos numa época em que, em Portugal, as reportagens televisivas estavam ainda nos seus inícios. Localmente, o arquivo da Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor, associação fundada em 1957, fornecerá dados importantes sobre o aproveitamento hidroagrícola.⁵

No Arquivo Municipal de Lagos, encontramos alguma documentação relativa à visita presidencial e à inauguração da barragem. No livro de atas de reunião de câmara que abrange o ano de 1959, existem referências à visita do



Circular n.º 59 do Governo Civil de Faro, 28 de abril de 1959. Arquivo Municipal de Lagos (AMLGS) – Fundo da Câmara Municipal de Lagos – Visita do Presidente da República a Lagos. Inauguração da Barragem da Bravura, 9 e 10 de maio de 1959, (AMLGS – MD32/1/32)

2) A Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural disponibiliza a ficha técnica desta barragem, com informação detalhada sobre a mesma.

3) Testemunho recolhido pela filha, Ana Cavaco em 4 de março de 2026.

4) O Arquivo Histórico da Economia agrega os fundos das extintas Secretaria-Geral da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Inspeção Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Este arquivo, integrado na Secretaria-Geral da Economia, encontra-se em processo de transferência para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

5) Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor - <https://arba.pt/>.



© Arquivo Municipal de Lisboa - Albufeira da barragem de Odiáxere, 1965. Foto de Artur Pastor, ART011431

presidente ao Algarve nos dias 9 e 10 de maio de 1959.⁶ Existe também correspondência sobre a visita a Lagos e sobre a inauguração da barragem, resultante da colaboração da Câmara nos preparativos da visita. Em 28 de abril de 1959, a Circular n.º 59 do Governo Civil de Faro informa o presidente da Câmara de Lagos, José Filipe Fialho, sobre o programa da mesma para os dias 9 e 10 de maio de 1959.

No dia 9 de maio (sábado), o presidente da república passaria por Odeceixe, Vila do Bispo, Sagres, Lagos, Portimão e Praia da Rocha, onde pernoitaria. No dia 10 de maio (domingo), inauguraria, na Praia da Rocha, as obras exteriores do porto

de Portimão, visitando em seguida a Barragem de Silves, de onde seguiria para a inauguração da Barragem de Odiáxere. A seguir ao descerramento da lápide, designada no programa das cerimoniais inaugurais por “obelisco”, e à benção da obra pelo Bispo do Algarve, seguir-se-ia a leitura do auto de inauguração pelo Chefe da Repartição dos Serviços Administrativos da Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos e os discursos subsequentes: representante dos Regantes, presidente da Câmara; Secretário do Estado da Agricultura; Ministro das Obras Públicas. Após os discursos seguir-se-iam as condecorações e o almoço com rancho folclórico às 14h00. Depois, às 15h45 saíam da barragem em direção a Monchique.⁷

No dossier de correspondência preparatório à redacção e envio dos ofícios, encontramos minutas de ofícios que elencam manuscritamente a quem foram endereçados os convites para as cerimónias. É interessante constatar a função da correspondência institucional, para além de instrumento de comunicação, como instrumento de exercício formal de poder e normalização institucional. Os mesmos também transparecem o objetivo de reunir todas as entidades oficiais e figuras de destaque, assim como o maior número de pessoas em Lagos na receção do presidente da república. Foram convidados os anteriores presidentes da Câmara de Lagos: o capitão José Nobre da Veiga, o tenente João de Barros Amado da Cunha, Jacques de Oliveira Neves e Baldomiro Gonçalves Cintra; os presidentes das juntas de freguesia e os regedores das freguesias; o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lagos; os presidentes de direcção dos Bom-

6) Ata n.º 8 de 13 de maio de 1959 - Liv. 45 1958-1960 - Livro de atas das sessões da Câmara Municipal de Lagos.

7) Circular n.º 59 do Governo Civil de Faro, 28 de abril de 1959. (AMLS - MD32/1/32)



beiros Voluntários de Lagos, do Grémio Recreativo Lacobrigense, do Club Artístico Lacobrigense, da Sociedade Filarmónica Lacobrigense, do Sindicato dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe (Lagos), do Clube de Vela de Lagos, da Adega Cooperativa de Lagos, do Grémio da Lavoura de Lagos, da Agência da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (Lagos), os presidentes da direcção dos clubes Futebol Esperança (Lagos), Sport Lisboa e Lagos (Lagos) e F. Marítimo “Os Lacobrigenses” e também a direcção do Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha (Portimão) e a direcção do Grémio dos Industriais das Conservas de Peixe do Barlavento do Algarve.

Encontramos ainda um ofício para convite de várias entidades, muitas delas relacionadas com a indústria conserveira de Lagos: Paolo Cocco Lda; José d’Abreu Pimenta; Reinaldo Assunção; A. Pappaleonardos Lda; António da Silva Freitas; União Conserveira do Algarve, Lda; Sociedade de Conservas Aldite; Algarve Exportador Lda; Júdice Fialho & C.³ Lda; Afonso Caetano Lda; Moagens, Distilarias Reunidas Lda e Canelas & Figueiredo Lda. É também solicitado que estas entidades garantam a presença dos seus trabalhadores.

A Câmara endereçou igualmente uma circular a diversos estabelecimentos locais para que colaborassem para o “ar festivo” da cidade, com a decoração das suas montras, sugerindo que o elemento central fosse o retrato do presidente da república. O mesmo seria cedido pela Câmara a título devolutivo. A circular foi enviada à Sapataria Madeira; Modas; Modarte; Segurado (fotografia); Orquídea; Rubi; Fortunata, entre outras.⁸ Foram ainda convida-

dos o Dr. António Augusto Portela (Lagos); o Eng.º Mansinho da Graça (Odiáxere); o Eng.º Pereira do Vale (Lagos); António Pacheco de Cintra Costa (Lagos); o Dr. José Cabrita; o Dr. António Guerreiro Telo; o Dr. José Francisco de Matos Nunes da Silva; Abel Joaquim Correia Fernandes; o Dr. João Carlos Maldonado Antunes Centeno; Bento Pimenta Formosinho; António da Silva Freitas; António Raimundo Rodrigues; os padres José António Monteiro (Lagos), Domingos Duarte (Lagos) e J. Araújo (Odiáxere); João Luís Isidro Marreiros (Lagos); o director e o editor do Jornal de Lagos; o chefe da Secretaria Judicial de Lagos; o chefe da Agência e o tesoureiro da Agência da CGDCP; o chefe da Estação dos Caminhos-de-ferro; o chefe da Estação dos CTT; o chefe da Secção das Finanças; o capitão do Porto de Lagos; os delegados da Mocidade Portuguesa Feminina e da Masculina; o comandante dos Bombeiros Voluntários de Lagos; o comandante da Guarda Fiscal de Lagos; o chefe da Delegação Aduaneira; o delegado Procurador da República; o juiz de Direito da Comarca de Lagos; o comandante Militar de Lagos; o comandante do Batalhão n.º 25 da Legião Portuguesa (Lagos); o conservador do Museu Regional (Lagos); o representante do S.N.I (Lagos); o chefe da Delegação do Instituto de Conservas de Peixe (Lagos); o director do Externato Gil Eanes (Lagos); o notário (Lagos); o conservador do Registo Civil e Predial (Lagos); o gerente do Grémio da Lavoura (Lagos); o escrivão da Capitania do Porto de Lagos; o capitão de Mar e Guerra José Emiliano Henriques de Brito Taveira; o tesoureiro da Fazenda Pública; o comandante

da Secção da GNR de Portimão; o Eng.º diretor dos Portos do Barlavento do Algarve (Portimão) e o presidente da Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve. Para integrar a comitiva das senhoras na recepção ao presidente da república junto à Fortaleza da Ponta da Bandeira, a realizar-se no dia 9 de maio, o presidente da Câmara de Lagos endereçou convite a Clotilde Côrte-Real; Maria José Cascada; Maria José Centeno; Júlia Martins Patrício; Constância Franco Ribeiro Lobo de Miranda; Maria Margarida Paleta; Maria Júlia Marreiros; Josefa Formosinho Tello; Margarida Tello Ribeiro Lopes; Palmira Amaral Seabra Silva; Maria Emília Marreiros Cabrita; Antonina Nunes da Silva; Orsola Cocco Santana e Maria de Lourdes Pestana.

A propósito da visita posterior de Américo Tomás a Lagos em 1960, António Joaquim (“Hortinha”) recorda: “Não estive na inauguração da Barragem da Bravura porque fui trabalhar para a construção da Pousada de Sagres. A essa sim assisti à inauguração que teve que acontecer em 1960 por causa das comemorações do aniversário da morte do Infante D. Henrique. Só que não estava acabada a tempo e tivemos ordens para pintar. Depois da inauguração, tivemos que raspar tudo e regressar aos trabalhos.”

8) AMLGS – AH/CM - Circular 973 de 6 de maio de 1959.

DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

Arquivo Municipal de Lagos (AMLGS) – Fundo da Câmara Municipal de Lagos – Visita do Presidente da República a Lagos. Inauguração da Barragem da Bravura, 9 e 10 de maio de 1959, (AMLGS – MD32/1/32).

Quatro gerações, criadas no Bairro 1.º de Maio, testemunham a resistência desta pequena comunidade e o seu sentimento de pertença ao lugar (da esq. para a dir.): Maria Fidalgo (vogal da direção da Associação), Maria de Lourdes Fernandes (vogal), Jaime Santos (filho de José da Glória Santos), Francelina Graça (moradora de 2.ª geração), Maria Telo (moradora de 2.ª geração), Paula Reis (presidente da Associação e moradora de 3.ª geração), José Diogo (vice-presidente da Associação e sobrinho do Sr. José da Glória Santos), Elsa Rosa (casada com José Diogo) e as suas três filhas (Maria, Leonor e Alice), e José Telo (filho de Maria Telo e presidente do Conselho Fiscal da associação)



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1.º DE MAIO

Constituída a 7 de fevereiro de 1975, impulsionada pelas medidas aprovadas após a revolução para solucionar no curto prazo – através do Fundo de Fomento da Habitação e de um corpo técnico especializado designado por “Serviço de Apoio Ambulatório Local” (SAAL) - o grave problema habitacional que então se vivia.

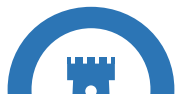
A sua missão era clara: “a) Promover e auxiliar o alojamento dos moradores dos (...) bairros de barracas, existentes no sítio da Duna e Meia Praia, em habitações a construir, que satisfaçam as suas necessidades sociais normais; b) Promover e desenvolver, entre os seus membros, atividades destinadas à divulgação e prática da cultura, da arte e do recreio (...); c) Fomentar e apoiar entre os seus membros, ações de cooperação no estudo e solução de problemas de interesse social, próprios do agregado habitacional, do sítio da Duna e da Meia Praia.” Para tal, este coletivo organizado podia “contratar e receber financiamentos, usar e adquirir (...) direitos móveis e imóveis e promover a construção das habitações”.

Este início está documentado nas fontes oficiais da época, divulgado em artigos de imprensa e estudado por investigadores que continuam, ainda hoje, a interessar-se por esta experiência efémera, mas muito marcante, da história da arquitetura e do urbanismo desenvolvidos no contexto político e social de uma democracia que, acabada de nascer, se alimentava da sede de participação e entusiasmo popular daqueles que, pela primeira vez, tinham a oportunidade de fazer ouvir a sua voz e erguer projetos destinados a melhorar as respetivas condições de vida.

Com a Associação de Moradores 1.º de Maio criada e os projetos realizados pela equipa técnica SAAL, as 18 casas fo-

ram edificadas na modalidade de autoconstrução, onde todos ajudavam, dando uma mão aqui e ali nas áreas em que se sentiam mais à vontade. Desde o realojamento das famílias no Bairro da Duna, que ficaria conhecido como o Bairro 1.º de Maio da Meia Praia, quatro gerações aqui viveram, construindo e consolidando a identidade desta pequena comunidade, que orgulhosa da sua história, se volta a mobilizar para reclamar o que lhes pertence: a preservação das suas tradições (a Arte Xávega) e o direito a habitar neste lugar.

No encontro ocorrido na Câmara Municipal de Lagos, por ocasião da assinatura do protocolo de colaboração entre o município e a Associação de



Moradores 1.º de Maio, celebrado com o objetivo de preservar e dar continuidade à Arte Xávega da Meia Praia, percebemos que esta preocupação não era única, integrando - segundo palavras da dirigente associativa Paula Reis - *“uma causa ainda maior que é a melhoria das condições de vida no Bairro (...) e o bem-estar e dignidade da comunidade nele residente”*. Estava dado o mote para a escolha da associação a abordar nesta edição. Para melhor retratar, nada como ir ao seu encontro no sítio da Duna, onde fomos extremamente bem acolhidos por aqueles que, entre compromissos profissionais, afazeres domésticos e responsabilidades familiares, se disponibilizaram a falar das suas aspirações coletivas.

“Tragam filhos e animais de estimação. Não é necessário vestir um fato domingueiro; mostramo-nos tal e qual como somos e existimos” – foi com esta mensagem direta e sem rodeios,

como é seu apanágio, que Paula Reis, presidente da direção da Associação de Moradores 1.º de Maio, partilhou junto dos órgãos e moradores o convite para acompanharem a nossa visita. Sim, porque membros dos órgãos e moradores são, neste caso, praticamente sinónimos, se considerarmos que, dos 18 agregados familiares residentes no Bairro 1.º de Maio, mais de metade integra os corpos sociais da associação, fazendo jus à tradição comunitária que esteve nas origens da sua criação. *“Vão sempre todos às reuniões e quem, por algum motivo, não possa ir, faz-se representar”*. É caso para dizer que está nos genes desta gente a cidadania ativa e disponibilidade para o trabalho comunitário que caracterizam o movimento associativo e cooperativo. Mais de meio século depois, esta herança persiste, embora a presidente da associação admita que tem de haver um incentivo para mobilizar a comunidade, não se cansando

de repetir: *“Temos de estar unidos para regularizar a situação do Bairro”*. Sobre a convivência, é perentória em afirmar que *“todas as pessoas se conhecem e têm boas relações. É como numa família, mas maior. Nem sempre estamos de acordo e, por vezes, há momentos de tensão ou divergência, mas nem por isso excluimos ninguém do processo e da dinâmica coletiva”*. Prova disso é o grupo de Whatsapp do bairro, onde toda a informação é partilhada, incluindo as notícias boas e as menos boas.

A associação reúne ordinariamente uma vez por ano para aprovação das contas e decidir o que fazer, assistindo-se a uma crescente mobilização, fruto da confiança conquistada pela direção junto dos moradores. *“Agora já todos assumem posições mais definidas, nomeadamente aqueles que tradicionalmente votavam por abstenção”*.

Paula Reis conhece o bairro, que viu ser construído e onde residiu na infância e juventude. A zona já lhe era familiar, uma vez que vivia com a avó numa das habitações dispersas situadas nas proximidades do que viria a ser o Bairro da Duna. Recorda bem esses tempos: *“O bairro começou a ser construído em 1975 e o processo de edificação foi relativamente rápido, devido ao modelo de autoconstrução adotado. O meu pai, que era canalizador e trabalhava nos serviços técnicos da Torralta percebia de canalização e um pouco de eletricidade. Havia um primo que percebia de eletricidade e um tio que era pedreiro, pelo que todos vinham ajudar a erguer as casas”*.



Paula Reis e José Diogo, respetivamente presidente e vice-presidente da Associação



Exemplos dos trabalhos de demolição de estruturas não conformes ao projeto inicial das habitações e de reabilitação que têm estado a ser realizados por iniciativa da Associação. Uma medida necessária à reposição da legalidade do Bairro 1.º de Maio e ao reconhecimento dos direitos dos seus moradores

José Diogo (vice-presidente da direção) – que se junta à conversa – é um dos residentes de 3.ª geração e as três filhas já integram a 4.ª geração. O pai, Francisco, irmão do Mestre José da Glória Santos, é, também ele, mestre de arrais. Os estatutos da associação estipulam que quando as casas vagam estas estão destinadas a ser atribuídas a familiares ou a quem viva em comunhão de mesa e habitação. “As casas são nossas, foram construídas por nós, foram pagas por nós, através do subsídio do Fundo de Fomento à Habitação, e cada um custeou a sua parte.” Quando questionados sobre como foi crescer com o rótulo de “índios da Meia Praia” e o estigma que lhe estava associado, tanto Paula Reis como José Diogo referem que os habitantes assim apelidados eram sobretudo os residentes do Bairro do Apeadeiro, título cuja generalização pelo uso acabou por recair também sobre os habitantes do Bairro 1.º de Maio. “Eu própria – refere Paula – era conhecida pelos colegas de escola como a Paula Índia. Havia muito preconceito nas classes

sociais relativamente a nós. Algumas pessoas ainda pensam dessa maneira ao considerarem que os bairros SAAL da Meia Praia são uma vergonha para a cidade e não deviam estar nesta área. Ouvi isto sempre, desde miúda”. A experiência de José Diogo, apesar de mais novo, não foi muito diferente, afirmando que também sentiu discriminação, enquanto jovem: “Na escola, bastava dizer que era da Meia Praia para ficarem logo desconfiados”. Paula Reis admite que algumas pessoas ainda possam ter reservas em assumir que vivem nos bairros SAAL da Meia Praia. Não é o seu caso: “Eu tenho orgulho, porque conheço o processo, por entender o problema da habitação nos dias que correm, por estar a estudar a habitação e o território e orgulhar-me de ter uma casa projetada pelo Arq.º José Veloso. Eu vivo junto à praia e oiço o mar”. Paula recorda, por isso, com admiração e saudade o Arq. José Veloso, a mulher e os filhos, que em ambos os bairros sempre foram acolhidos como família. As comunidades de cada um dos bairros

SAAL da Meia Praia – o Bairro 1.º de Maio/Bairro da Duna e o Bairro 25 de Abril/Bairro do Apeadeiro – tinham características e dinâmicas próprias, sendo que as relações de vizinhança entre ambas eram sobretudo construídas através da Escola Primária que as crianças frequentavam, conforme recorda a presidente da Associação: “A escola era mista e existia apenas uma sala com todos níveis/classes, pelo que os alunos partilhavam o mesmo espaço, o que fazia com que todos se conhecessem bem e, por arrasto, também as famílias. Na segunda geração esses laços passaram a ser também familiares, por via do casamento entre alguns membros”. Atribui à proveniência geográfica dos residentes no Bairro do Apeadeiro, muitos dos quais vindos de Monte Gordo – conforme cantou Zeca Afonso na música que acabaria por se tornar a maior homenagem a essa comunidade – e às condições muito precárias com que se fixaram inicialmente naquele local, o seu carácter mais extrovertido, tanto naquela altu-



ra, como na atualidade, dando como exemplo a Marcha da Meia Praia, entre outras iniciativas. *“Eles passaram por mais dificuldades do que nós, talvez por isso hoje sejam mais alegres. Nós não temos essa vida, somos mais quietos”. Aqui – antes da construção do Bairro 1.º de Maio - tínhamos duas artes da Xávega e já existiam casas em alvenaria, havendo inclusivamente uma venda/mercearia. No total, com a da minha avó, existiam três casas em alvenaria com direito de superfície, só que o terreno pertencia aos Palmares”. Reconhece que a forma da opinião pública encarar os bairros SAAL está a mudar. “Eu vejo isso na Universidade, no curso de Arquitetura. É uma moda. Eu e os meus colegas só trabalhamos temas ligados aos bairros sociais, bairros operários, bairros dos pescadores, enfim, construção paga com apoios do Estado. O movimento SAAL foi uma coisa única em Portugal. Daí para cá nunca mais houve nada igual e até as cooperativas sobrevivem com muitas dificuldades. É um trabalho cansativo, pelo que quase chorei quando ouvi, no*

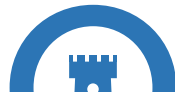
seminário “Habitação em Lagos – Que futuro” organizado pela Assembleia Municipal de Lagos, o Orlando Vargas, da Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica, falar sobre o tema.”

Depois de uma adolescência passada a sonhar com um possível futuro dedicado às vertentes artística e criativa, Paula rumou a Lisboa para estudar Direito, fazendo a vontade à sua mãe, que tinha idealizado para a filha um futuro como juíza. *“No nosso tempo ou se era advogado, médico ou engenheiro. Mas nunca gostei dessa área, pelo que mudei para Arquitetura. Entretanto casei, depois vieram os filhos e parei. Fiz três anos do curso e trabalhei em outras áreas. Quando regresssei, por razões familiares, comecei a ler tudo, outra vez, sobre os bairros SAAL. Alguém me disse que havia Arquitetura em Portimão, pedi equivalências, inscrevi-me e estou agora a concluir o curso.”*

O regresso aconteceu em 2017, na sequência do falecimento do pai e da necessidade de prestar assistência à mãe. A essa juntou outra missão, a de tudo fazer para repor a legalidade do Bairro

1.º de Maio. *“É a história e a identidade de uma comunidade que está em causa. Cada um tem a sua e nós temos esta.”* Para tal, em 2021 propõe-se integrar os órgãos da associação e em 2022 assume as funções de presidente da direção, coadjuvada por José Diogo. Rejeitando a expressão “legalizar o bairro”, por entender que a mesma não é fiel ao que se passou, uma vez que este não teve uma génese ilegal, a direção adotou como lema desta causa a expressão “repor a legalidade do bairro”. Para melhor explicar a diferença, recorda, sumariamente, as principais etapas do processo:

“Todo o processo SAAL consistia no seguinte: a constituição de uma associação de moradores, com estatutos publicados em Diário da República, cabendo a essa associação contrair o empréstimo junto do Fundo de Fomento. Os primeiros 40% da verba eram normalmente atribuídos a fundo perdido e os restantes 60% emprestados sem juros, sendo as casas edificadas na modalidade de autoconstrução, de acordo com o projeto elaborado pela equipa técnica do SAAL e sob sua supervisão. Foi a política de habitação seguida após o 25 de Abril. Depois havia outras fases: quando a construção terminasse o terreno seria solicitado à Câmara para ficar em nome da associação. Era sempre esta a liderar o processo. O que é que veio a acontecer? Nos anos 70 a Câmara expropriou o terreno aos Palmares para construção do bairro, num total de 22 100 m². Contudo, uma década depois esse mesmo terreno terá sido doado pelos Palmares à autarquia, reduzindo quase para metade a área anteriormente expropriada. Curioso, neste processo, é o facto de, num espaço de dez anos, um terreno que foi expropriado para o efeito passar a doado. Atenção que a área não é um problema



para nós, nem é isso que se discute.. Em resultado de tudo isto, o terreno passou a ser da Câmara, mas este não nos chegou a ser cedido, pelo que, ainda hoje, não é nosso. Quer isto dizer que não podemos fazer um seguro das casas, nem podemos pedir um empréstimo para fazer as obras necessárias, porque não temos título de propriedade. A única coisa que nós temos é a caderneta predial do restaurante, sobre o qual pagamos IMI e de onde provém o único rendimento que a Associação tem além das quotas. É com esse valor e algum apoio do município que temos feito as intervenções necessárias no bairro, sendo, também, uma prova de que existimos.

O nosso slogan é “repor a legalidade”. A expressão legalizar não está correta, porque isto não é de génese ilegal. As habitações foram projetadas para o Bairro segundo o modelo de casa evolutiva, estando prevista a possibilidade de crescerem, desde que dentro do quintal e na

horizontal, até atingirem a tipologia T5, acompanhando o crescimento da família que a habita. Ao crescer fora do quintal e na vertical, torna-se uma casa ilegal. E foi isso que acabou por acontecer em algumas situações. Depois, o bairro foi votado ao abandono durante muitos anos, que é uma postura comum do Estado, o que também não ajudou a prevenir essa situação. Algumas pessoas foram-se acomodando, a julgar que nunca iriam sair daqui, enquanto outras, receando serem deslocadas novamente, entendiam que não valia a pena fazer nada, fatores que – todos eles somados – eram a fórmula perfeita para fazer cair o bairro. Mas, nós não o deixámos cair, pelo que, de há três anos a esta parte, temos estado a demolir aquilo que está a mais. No diálogo com a Câmara isso foi-nos exigido, e nós concordamos, pois queremos transformar isto num monumento que não envergonhe ninguém: um monumento ao José Veloso e um monumento a nós.

Já tivemos as vistorias do gás, da eletricidade e, em setembro do ano passado, dos serviços técnicos da Câmara, para verificar a conformidade e segurança das habitações. Um passaram, outras estão em vias de passar e outras não passaram. Esperamos, agora, a emissão das certidões de isenção de licença de habitabilidade, porque ao abrigo do estatuto do Fundo de Fomento existe direito a essa isenção, uma vez que a construção inicial foi acompanhada e fiscalizada por uma equipa técnica estatal. Depois há a questão do terreno, assunto que está a ser analisado pelos serviços camarários. É nesse ponto que nos encontramos”. Investir em condições de isolamento térmico para melhorar o conforto das habitações é outra das preocupações dos moradores, assim como a beneficiação do espaço público, ao nível do pavimento e dos espaços verdes ajardinados, vertentes para as quais o município se tem mostrado sensível e disponível a apoiar.

Aos poucos, as intervenções vão devolvendo a harmonia visual a este aglomerado urbano





Da esquerda para a direita: José Diogo, Jaime Santos (respetivamente, sobrinho e filho de José da Glória Santos) e Tiago Martins (arraís, sócio da Associação e com laços familiares no bairro) assumem o legado de José Bala e querem dar continuidade à Arte Xávega da Meia Praia

Quanto a equipamentos de apoio os representantes da associação mencionam o comércio de proximidade: *“Dava-nos jeito que houvesse um minimercado, mas isso não é prioritário, pois com alguma facilidade também nos deslocamos à cidade”*. Do que não abdicam é de um espaço para instalar um núcleo museológico que conte, a residentes e visitantes, a história da Arte Xávega, uma arte piscatória indissociável da vida desta comunidade. *“As pessoas, sendo ou não profissionais da pesca, sempre participaram e se envolveram, desde tenra idade, nesta atividade. Eu cresci a comer peixe oferecido pelo Zé Bala, umas vezes eram linguados, outras eram cavalas. Dependia do que se apaixonava, mas normalmente em quantidade suficiente para partilhar pelos ajudantes e, quando sobrava, para ser vendido”*. Assim recordam os tempos em que, com a embarcação do Mestre Zé Bala, chega-

ram a ser três as embarcações dedicadas à Arte Xávega na Meia Praia. Com o passar dos tempos, esta rotina passou a ser mais esporádica, perante um processo de emissão de licença cada vez mais exigente, apenas possível graças ao interesse e apoio institucional disponibilizados pelo município e pela Capitania do Porto de Lagos. Ansiando pela autorização que permita efetuar, com carácter regular, os lances de pesca como recriação de atividade de carácter histórico e tradicional, presidente e vice-presidente da associação não veem a hora de dar continuidade ao legado de Zé Bala, que tanto orgulha a comunidade. Enquanto esse momento não chega, o dia a dia é também ocupado a prestar atenção a moradores em condições de maior fragilidade social, suscetíveis de requerer acompanhamento, numa intervenção coordenada com os serviços camarários.

As demolições já efetuadas têm vindo, gradualmente, a devolver ao Bairro 1.º de Maio a configuração com que foi projetado, melhorando a imagem do conjunto edificado e transmitindo a resiliência desta comunidade, que não abdica de reclamar o direito a viver no sítio onde construiu a sua identidade. O respeito pelo trabalho e memória de José Veloso perpassa todo o discurso. Para a presidente da direção da Associação 1.º de Maio, pessoas como José Veloso, impulsionador do projeto SAAL em Lagos, ou o Padre José Domingues, mentor e criador da Aldeia de São José de Alcalar, no concelho de Portimão, têm obras como não existem outras. *“São referências; fizeram aquilo que acharam que tinham de fazer em prol da comunidade, algo que devia ser um compromisso para todos nós, pois nenhum homem é uma ilha”*.



A Exposição de Meios e Agentes de Proteção divulgou, junto de miúdos e graúdos, o imprescindível papel desempenhado por cada entidade neste sistema, em que as partes se articulam e complementam para garantir a proteção da comunidade

SERVIÇO DE PROTEÇÃO CIVIL É DEFESA DA FLORESTA

A pretexto do programa “Março, Mês da Proteção Civil 2026”, dedicamos o artigo “A CML POR DENTRO” desta edição ao Serviço de Proteção Civil e Defesa da Floresta (SPCDF). Para conhecer as rotinas e exigências dos serviços prestados à população, nada melhor do que visitar as suas instalações e falar diretamente com as pessoas que lhe dão vida. A receber-nos estava Márcio Regino, o responsável desta unidade orgânica, que nos proporcionou uma visita guiada aos espaços de trabalho da Proteção Civil, no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagos.

QUEM É QUEM NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO CIVIL E DEFESA DA FLORESTA (SPCDF)?

Márcio Regino – é, desde 2020, o Coordenador Municipal de Proteção Civil.

Patrícia Pacheco – braço direito do coordenador, ocupa-se de obrigações de carácter formal e da vertente do atendimento ao público, entre outras.

Luís Bravo – tem a seu cargo o Plano Municipal de Desfibrilhação Automática Externa, a informação pública e a organização de ações de formação, entre outros projetos.

Pedro Paiva – está especialmente dedicado à prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades, assim como às ações de

defesa da floresta, entre outros projetos.

Filipe Landeiro – apoia a coordenação dos trabalhos de silvicultura preventiva e assegura a monitorização do “Programa de Prevenção da Vespa Velutina no Algarve”, entre outros projetos.

Valter Jorge da Cunha – muito do seu trabalho é dedicado à verificação da operacionalidade e mapeamento dos hidrantes exteriores e à implementação dos projetos “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” e “Habitações Isoladas”, entre outros.

Pedro Marreiros – tem a seu cargo os planos de emergência dos edifícios mu-

nicipais e as medidas de autoproteção, a formação das equipas internas de emergência e os simulacros, colaborando na georreferenciação da informação necessária à atividade do serviço.

Marisa Verónica Duarte, Mara Martins e Linda Amores – são donas das três vozes, atentas e seguras, que do lado de lá da linha garantem, na Sala de Operações e Comunicação, o atendimento telefónico do Centro Municipal de Emergência e Proteção Civil, respondendo, encaminhando e acionando os meios de ajuda ou socorro.



Da esq. para a dir.: Pedro Marreiros, Márcio Regino, Filipe Landeiro, Patrícia Pacheco, Valter Cunha, Pedro Paiva e Luís Bravo

“TODOS SOMOS PROTEÇÃO CIVIL”

É o lema do serviço cuja atividade é dedicada a prevenir riscos coletivos, atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer pessoas e bens, assim como o ambiente e o património.

Dependendo hierarquicamente do presidente da Câmara, o Serviço de Proteção Civil e Defesa da Floresta (SPCDF) é dirigido por Márcio Regino, Coordenador Municipal de Proteção Civil, que assume, simultaneamente, as funções de Comandante dos Bombeiros Voluntários de Lagos (BVL). A apoiá-lo tem uma equipa técnica constituída atualmente por nove elementos, a que se somam os Sapadores Florestais, brigada que, no terreno, implementa os traba-



Da esq. para a dir.: Marisa Duarte e Lina Amores



O programa de Prevenção e Auxílio no Litoral foi lançado em junho de 2025. Em apenas sete meses deu resposta a 91 ocorrências

lhos de defesa das zonas rurais contra os incêndios. Todos têm um papel atribuído, mas, tal como numa orquestra, a sintonia com a missão geral do serviço, com a condução do “maestro” e com os restantes “intérpretes” é uma condição obrigatória para o sucesso da missão. Instalada no Quartel dos BVL em espaços cedidos ao município, a Proteção Civil tem uma forte vertente de contacto direto com o público, seja por via do atendimento presencial, telefónico ou, ainda, no âmbito das ações de informação e sensibilização, dedicando especial atenção à comunidade educativa, à população sénior e às pessoas mais vulneráveis e/ou isoladas. Para que isso seja possível, muito trabalho de preparação é feito diariamente nos bastidores, para garantir que, caso surja alguma ocorrência, os meios estão em prontidão e a resposta é rápida e adequada. A missão deste serviço, conforme o próprio nome indica, tem dois grandes domínios: a Proteção Civil, em que as responsabilidades passam por assegurar o funcionamento dos organismos municipais de Proteção Civil, centralizar, tratar e divulgar a informação relativa a esta área de intervenção, apoiar a Comissão Municipal de Proteção Civil, prevenir e fazer a avaliação de riscos e vulnerabilidades, assegurar o planeamento e apoio às operações, a logística e comunicações,

e promover a sensibilização e informação pública, para que a comunidade esteja cada vez mais consciente e resiliente; e a defesa da floresta, que envolve os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o apoio à respetiva Comissão Municipal. A atividade deste serviço é ainda norteada e organizada segundo os objetivos do chamado «Ciclo de Emergência», que inclui as vertentes da Mitigação, Preparação, Resposta e Recuperação.

“ANTES DE CASA ROUBADA, TRANCAS À PORTA”

Estar preparado e preparar a comunidade para os piores cenários, desejando que os mesmos nunca se concretizem é o espírito que norteia toda a atuação da Proteção Civil Municipal. Para isso, realizam-se estudos técnicos de identificação dos riscos suscetíveis de afetar o município, promovendo a sua cartografia, de modo a avaliar, prevenir e minimizar os efeitos das suas consequências. Nesta esfera de atuação, o SPCDF supervisiona e coordena as medidas de segurança dos edifícios municipais, estabelecimentos escolares e outros locais de maior afluência e concentração de pessoas. A realização periódica de exercícios e simulacros é, por isso, uma práti-

ca corrente para testar e treinar procedimentos de atuação interna, garantindo uma resposta mais eficaz, em caso de ocorrência de um incêndio, sismo ou outras ameaças.

Muitos dos eventos realizados ao ar livre atraem a concentração de participantes e público, aumentando a probabilidade de acidentes. Também aí o SPCDF intervém, ao nível dos planos operacionais e, quando tal se justifica, assegura a coordenação operacional com a instalação de um posto de comando no local.

Na prevenção e mitigação em meio rural, são cruciais os trabalhos de silvicultura preventiva (corte e limpeza de vegetação seca e mato) efetuados pelos sapadores florestais, clubes de caça e empresas contratadas, assim como a coordenação dos sapadores no período de vigilância dos incêndios rurais (junho a outubro).

A gestão e seguimento dos pedidos e comunicações recebidos através da **plataforma “Queimas e queimadas”** (do ICNF) é também da responsabilidade do SPCDF. Para que os trabalhos de limpeza por parte dos particulares decorram em segurança e não originem fogos rurais, os interessados têm de solicitar autorização ou fazer uma comunicação prévia, sendo que a linha telefónica municipal da Proteção Civil acaba por ser o contacto mais direto para tratar do assunto.



A equipa de Sapadores Florestais faz um importante trabalho de defesa das zonas rurais contra os incêndios



O programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” e o projeto “Casas Isoladas” permitem conhecer melhor a realidade local e atuar de forma preventiva



Ação de sensibilização e entrega de kits de emergência aos alunos das escolas de Lagos

Para além das ondas de calor e dos períodos de seca que têm assolado com especial gravidade o Algarve, fazendo com que o risco de incêndio aumente, outros fenómenos extremos, como a precipitação intensa, podem provocar graves prejuízos. Para mitigar os seus efeitos, igual atenção tem sido dedicada à limpeza das linhas e cursos de água, com vista a permitir o seu melhor escoamento.

Um dos projetos que o SPCDF acompanha e monitoriza é o “**Programa de Prevenção da Vespa Velutina no Algarve**”. Trata-se de uma espécie exótica invasora cujo primeiro avistamento em Portugal data de 2011. Desde então, está cada vez mais presente, sobretudo nas zonas Norte e

Centro, com prejuízo para a biodiversidade, uma vez que é um predador de outras vespas e de abelhas, o que justifica a existência deste programa e a instalação de armadilhas em diferentes locais do concelho, controladas periodicamente. Caso se confirme o seu avistamento ou existência de ninhos, estes dados são georreferenciados e registados na STOPvespa, a plataforma pública que congrega toda a informação sobre a presença desta espécie em território nacional continental. Em Lagos, o primeiro ninho foi identificado e destruído em 2025.

No âmbito do programa “**Aldeia Segura, pessoas seguras**”, atualmente implementado em nove aglomera-

dos urbanos do concelho, estão em vigor medidas como a nomeação de um oficial de segurança, a definição de locais de abrigo coletivos e planos de evacuação. Para que toda a comunidade esteja envolvida, são realizados exercícios e ações de informação e sensibilização. O objetivo é torná-las mais cientes dos riscos, dos cuidados a ter nas atividades do dia a dia e capacitá-las para atuarem de forma organizada em caso de alerta. Complementarmente, o SPCDF dinamiza o projeto “**Casas Isoladas**”, um trabalho de campo que consiste no levantamento de moradias isoladas em espaço rural. A proximidade estabelecida com os residentes destas habitações dispersas dá aos profissionais o conhecimento real, atualizado e concreto das condições existentes, para que numa emergência a atuação seja rápida e adequada. Este projeto demonstrou a sua mais-valia, em 2025, no incêndio que assolou Barão de São João, ao permitir uma comunicação individualizada com os moradores naquela área e a prestação de auxílio porta-a-porta.

Outro dos projetos em que este serviço está particularmente empenhado, desde 2023, e que tem sido reconhecido como uma boa prática a nível nacional, pela



Treino em Suporte Básico de Vida

forma como alia prevenção, capacitação e resposta, é o **Programa Municipal de Desfibrilhação Automática Externa (PMDAE)**. Neste âmbito, foi criada uma rede concelhia de 24 equipamentos desfibriladores automáticos e promovidos, até ao momento da redação deste artigo, 61 cursos em Suporte Básico de Vida (SBV-DAE), gerando mais de 500 operacionais formados, entre civis e forças de segurança, para intervir em emergência cardíaca. Estas ações irão continuar, com o apoio dos BVL, que estão certificados para dar esta formação. No entanto, a recomendação do Comandante, dirigida a quem já fez os cursos, é que *“as pessoas continuem a ir aos treinos operacionais quando para tal são chamadas”*. Os números das paragens cardiorrespiratórias exigem da comunidade essa responsabilidade. Até ao início de março deste ano, já tinham ocorrido no concelho 20 paragens cardiorrespiratórias, confirmando a tendência dos três anos anteriores, com uma média anual de 79 casos registados em pessoas de várias idades.

A lista de áreas na mira das ações de prevenção e mitigação é extensa, pelo que seria fastidioso enumerá-las na totalidade, destacando-se, a título de exemplo, a monitorização das arribas do concelho (em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente) ou a participação no projeto de implementação de um sistema de alerta e

aviso de tsunami uniformizado para todo o litoral algarvio, que prevê o reforço da sinalética.

Incutir uma cultura de segurança

No capítulo da prevenção, a informação pública e sensibilização ocupam um lugar de destaque no esforço que é feito para tornar a comunidade mais resiliente ao risco. Um trabalho dirigido a todas as idades no sentido de incutir uma cultura de segurança. Os elementos desta equipa desdobram-se, participando em programas como o “Aprender a Crescer em Segurança” e o “Viver o Verão”. Simultaneamente, são responsáveis pelos projetos “Proteção Civil de Proximidade” (patrulhamento de bicicleta pelos locais com maior afluência de pessoas), “Proteção Civil por Um dia” (que aproxima os jovens da realidade operacional, proporcionando-lhes uma experiência educativa e cívica durante o verão) e “Idosos mais Protegidos”. Tudo isso sem descuidar as sessões presenciais, suportes impressos, meios digitais e redes sociais, através dos quais são divulgadas medidas de autoproteção destinadas a prevenir e minimizar os riscos que podem afetar pessoas e bens.

Este ano letivo foi lançada uma iniciativa inédita: a entrega de **kits de emergência** aos alunos do concelho, com o intuito de sensibilizar os mais novos –



Programas “Viver o Verão” e “Proteção Civil por um dia” aproximam os jovens da realidade operacional

e, através destes, os respetivos familiares – sobre a importância de terem em casa um conjunto de bens de primeira necessidade pronto a utilizar em caso de catástrofe. Estas mochilas contêm uma lanterna dínamo, um poncho impermeável, um caderno, uma esferográfica e um apito. A tempestade que fustigou este inverno a zona centro do país, deixando milhares de pessoas isoladas, sem acesso a comunicações e eletricidade, mostraram o quanto importante é estar preparado para qualquer ocorrência.

Planeamento e reforço do apoio às operações

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos é o referencial estruturante da atividade, mas insuficiente se não for acompanhado de recursos logísticos e comunicações. O município, sensível à importância desta área, tem investido em equipamentos que colocam o SPCDF entre os mais bem apetrechados no panorama nacional. No apagão ocorrido em 2025, que colocou o território às escuras e paralisou o país, alguns destes meios foram determinantes para assegurar as comunicações, manter operacional o Centro Municipal de Emergência e Proteção Civil e a coordenação dos agentes na resposta às áreas mais críticas.



A Linha Municipal de Proteção Civil está disponível em permanência

No setor das comunicações redundância é a palavra-chave. Do tão falado SI-RESP (a Rede Nacional de Emergência e Segurança exclusiva do Estado Português) com repetidor, que permite o seu funcionamento mesmo em zonas sem rede, ao rádio amador, passando pela rede operacional dos bombeiros até ao telefone por satélite e Starlink móvel (serviço de internet via satélite que fornece conectividade a áreas remotas, onde a infraestrutura tradicional de fibra ou cabo não chega), a que se somam três malas completas de comunicações que permitem manter em contacto o presidente da Câmara (Autoridade Municipal de Proteção Civil), o coordenador municipal da Proteção Civil e as equipas de terreno, tudo foi acautelado para não sermos apanhados desprevenidos.

Tirar partido da inovação tecnológica e colocá-la ao serviço das operações tem sido uma prioridade. A comprová-lo está a aquisição de um drone com câmara térmica, utilizado para inspecionar arribas, detetar fogos ou efetuar busca de pessoas desaparecidas em operações noturnas, e, mais recentemente, de um georadar que deteta vítimas sob os escombros, em ambientes terrestres e em planos de água, este último adquirido com donativos da comunidade estrangeira. O SIG – Sistema de Informação Geográfica é utilizado como ferramen-

ta de apoio à decisão, concentrando e permitindo uma leitura global de dados como a localização de habitações isoladas, marcos de incêndio, ações de limpeza de linhas de água e de silvicultura ou zonas de ocorrência de acidentes. Crítico para a atuação da Proteção Civil é, ainda, o levantamento dos recursos disponíveis, assim como a lista de contactos, registados em suporte digital e em papel. Também aqui a redundância a funcionar.

O Centro de Coordenação Operacional Municipal e a sala de apoio à decisão reúnem todas as condições para, em caso de acidente grave ou catástrofe, funcionarem como “quartel-general”. Foi aí que os agentes de Proteção Civil se reuniram, no dia 28 de abril 2025, para responder ao apagão.

Num outro espaço, próximo deste, foi criada uma base de apoio logístico onde estão armazenados bens de primeira necessidade e consumíveis, prontos a utilizar no socorro à população. Foi daqui que saiu o material para a população afetada pela depressão Martinho, no sítio do Colégio. Em caso de acidente grave ou catástrofe, o município está, também, preparado para criar Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP).

Em junho de 2025 foi lançado o Programa de Prevenção e Auxílio no Litoral, com um veículo devidamente apetrechado e uma equipa de cinco operacionais. Em apenas sete meses, deu resposta a 91 ocorrências, sendo que este ano já interveio em várias situações, como o salvamento de duas crianças na Praia da Luz, que, graças à atuação destes operacionais, acabou por se transformar em notícia com final feliz.

Fazer mais e melhor

Nas prioridades do coordenador municipal de Proteção Civil está a criação de um alojamento temporário de emergência, em fase de estudo quanto à instalação e funcionamento. Quanto aos riscos, uma das preocupações de Márcio Regino prende-se com os fenómenos climáticos extremos, cada vez mais severos e frequentes. A “outra grande fonte de risco é – acrescenta – o comportamento das pessoas e da comunidade”. Talvez por isso o SPCDF não se canse de repetir que “*Todos somos Proteção Civil*” e de investir em sensibilização e informação pública. Acompanhe as iniciativas do SPCDF, regularmente divulgadas na página e redes sociais do município, participe e seja elemento ativo na proteção de pessoas, bens e território.

Linha Municipal de Proteção Civil: 282 768 008

Disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana

A Linha Municipal de Proteção Civil é um canal aberto para o reporte de ocorrências que, na área do concelho, possam colocar em risco pessoas, bens, animais ou o ambiente.

Sempre que identifique uma situação de risco (relacionada com ambiente, via pública, água, estruturas, animais ou sinalização) ligue para este número.

Serviço Municipal de Proteção Civil e Defesa da Floresta

Rua dos Bombeiros Voluntários de Lagos – Quartel dos Bombeiros, 8600-577 Lagos

E-mail: protecao.civil@cm-lagos.pt



TARIFAS SOLIDÁRIAS

Com a crise energética a fazer sentir-se nos preços ao consumidor, é útil conhecer os apoios disponíveis para minimizar o impacto destas despesas nos orçamentos familiares.

BOTIJA DE GÁS SOLIDÁRIA

O apoio à compra de botijas de gás é, porventura, ainda desconhecido de alguns consumidores, pelo que, no contexto atual, vale a pena recordá-lo. De acordo com a informação divulgada pela ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, o programa «Botija de Gás Solidária» é um apoio financeiro que visa ajudar os consumidores domésticos mais vulneráveis na aquisição de gás engarrafado, contribuindo para a mitigação da pobreza energética. A medida obedece ao Regulamento do Apoio Extraordinário e Excecional «Botija de Gás Solidária» para o ano de 2026.

Com a instabilidade no setor energético e a escalada de preços do gás engarrafado, um novo despacho, datado de 24 de março, aprovou um regime excecional e temporário que aumenta, durante um período de 90 dias, o valor da comparticipação de 15 euros para 25 euros por garrafa de GPL adquirida.

O apoio está limitado a duas garrafas por mês por beneficiário e a 12 garrafas por ano, podendo ser solicitado por consumidores com contrato de

fornecimento de eletricidade beneficiários da tarifa social de energia elétrica ou que integrem um agregado familiar em que pelo menos um dos seus membros seja beneficiário de uma das seguintes prestações sociais mínimas: Complemento Solidário para Idosos; Rendimento Social de Inserção (RSI); Pensão Social de Invalidez; Complemento da Prestação Social para a Inclusão; Pensão Social de Velhice; ou Subsídio Social de Desemprego.

A medida é gerida em articulação com a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), sendo o pagamento efetuado pelas juntas de freguesia aderentes, mediante apresentação da documentação por parte dos requerentes e confirmação da sua elegibilidade.

A lista de freguesias aderentes está disponível no *website* da ANAFRE. Os cidadãos (consumidores domésticos) interessados deverão dirigir-se à junta de freguesia da respetiva área de residência ou, caso esta não participe no programa, à freguesia aderente mais próxima.

Para mais informações consulte a informação *online* da ERSE e/ou da ANAFRE:

Tarifas solidárias - ERSE



Fundo Ambiental –
Botija de Gás Solidária
2026 - ANAFRE





COMEMORAÇÃO DOS CENTENÁRIOS

***Técnico Superior - Fototeca Municipal**
Nota: o autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

*Por Francisco Castelo**

Rua Direita em 15 de Junho de 1940 (atual Rua 25 de Abril), durante as comemorações dos 800 anos da Fundação de Portugal (1140) e dos 500 anos da Restauração da Independência (1640). Ao centro, de chapéu na mão, o ministro da Marinha Capitão-de-fragata Manuel Ortins Torres de Bettencourt representando o general Carmona, Presidente da República; ao lado o Ministro das Colónias Dr. Francis-

co José Vieira Machado representando o Presidente do Conselho de Ministros Dr. Oliveira Salazar; à frente, fardado, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagos, tenente João Amado da Cunha, representando o Município de Lagos na ausência do Presidente da Câmara Francisco Gonçalves Correia Velhinho. Veem-se ainda dois dignitários da Igreja, um seguindo ao lado do Ministro da Marinha, cum-

primentando o povo, e outro entre os oficiais do exército e atrás dos oficiais da marinha. Conhecendo-se a presença do prelado algarvio, D. Marcelino Franco, e do arcebispo de Évora D. Manuel Mendes da Conceição Santos, depreende-se que algum deles representava o Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira, igualmente ausente nas comemorações algarvias das efemérides centenárias.



Autoria da foto: atribuída a Artur Segurado (não confirmado). Fototeca Municipal de Lagos, colecção Fátima Santos



Espaço de divulgação da autoria e responsabilidade das forças políticas com assento na Assembleia Municipal de Lagos, órgão deliberativo do município.



Resolver problemas alheios, porque Lagos somos nós!

A poucos dias do arranque de uma nova época balnear, sempre um momento importante e decisivo para a economia da nossa região, o Município de Lagos anunciou o estabelecimento de uma parceria com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) com vista à urgente concretização das obras de estabilização da arriba da Praia do Pinhão.

Tal como já tinha acontecido com processo idêntico para a Praia de D. Ana – que em breve deverá ser replicado para a Praia do Camilo –, uma vez mais teve de ser a Câmara Municipal de Lagos a dar o passo em frente, assumindo responsabilidades do Estado Central com um único objetivo: resolver um problema concreto de uma das zonas mais emblemáticas do nosso concelho!

Sabendo-se que os termos finais do acordo estarão ainda dependentes de apoios comunitários e do Orçamento de Estado, não deixa de ser relevante esta postura protagonizada pelos autarcas do PS que, em vez de baixarem os braços esperando por uma resposta de Lisboa, decidiram avançar e resolver, tomando o destino do concelho nas nossas mãos.

Porque Lagos somos nós!



Sinais de desleixo

Quem aqui vive tem sentido que Lagos sofre de uma falta de manutenção que aparenta ser já uma doença crónica: as ruas estão esburacadas e sujas; os “remendos” no pavimento (os que são feitos...) ficam desnivelados e transformam-se em lombas ou em depressões; encontrar um contentor de produtos recicláveis que não esteja a abarrotar pode transformar-se num jogo de quebra-cabeças; nos passeios, já por si irregulares, estão semeados obstáculos de proveniência variada (será assim tão difícil coordenar a localização de papeleiras, sinais rodoviários, abrigos de passageiros, postes de iluminação, etc?).

Esta é uma situação inaceitável para os residentes e, superlativamente, para os milhares de turistas que procuram Lagos como destino de excelência. É urgente que a Câmara Municipal se organize e dê resposta a esta imensidão de problemas.

Nota final: com a época balnear à porta também vale a pena apreciar o estado dos estacionamento das praias e fazer um estudo comparativo com a superfície de Marte.



Habitação para quem cuida, ensina e protege

Lagos enfrenta um desafio urgente: garantir habitação acessível para os profissionais que asseguram o funcionamento da nossa sociedade. Médicos, enfermeiros, forças de segurança e professores são pilares essenciais da comunidade, mas muitos enfrentam dificuldades em viver no concelho devido aos elevados custos da habitação. Esta realidade compromete a fixação de talento, a qualidade dos serviços públicos e a própria coesão social. Um concelho que não consegue acolher quem cuida, ensina e protege está a fragilizar o seu futuro. É fundamental criar soluções concretas, como programas de arrendamento acessível, parcerias públicas e incentivos à construção dirigida a estes profissionais. Garantir habitação digna não é uma opção política - é uma obrigação para com Lagos e para com todos os Lacobrigenses.



Um Parque Multiusos para o Futuro de Lagos

Lagos precisa de infraestruturas à altura da sua ambição. A criação do Parque Multiusos de Feiras, Eventos e Mercados é uma oportunidade estratégica para o futuro do concelho. Este projeto foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara em 2021 e voltou a merecer aprovação na Assembleia Municipal, em fevereiro de 2026. Apesar desse consenso alargado quanto à sua importância, continua por concretizar. Mais do que um novo equipamento municipal, será um espaço de encontro, dinamização económica e valorização do território. Permitirá acolher feiras, mercados, eventos culturais, empresariais e associativos com melhores condições, ao longo de todo o ano. Este investimento reforça o apoio ao comércio local, aos produtores regionais e às associações, cria novas oportunidades para a economia e ajuda a combater a sazonalidade. Lagos tem dimensão, centralidade e capacidade para concretizar este projeto. Avançar com o Parque Multiusos é transformar uma decisão já tomada numa obra útil para o concelho, com impacto real no presente e no futuro.



Propostas CDU aprovadas na AML em dezembro/25 e fevereiro/26

Saudação 1 de março 2026 - Dia Internacional Proteção Civil; Voto de Pesar pelo Falecimento de José Domingos Correia Santos; Proposta V Jornadas de Lagos; 2.ª Edição Congresso das Terras do Infante; Dia Internacional da Mulher e Dia Luto Nacional Mulheres Vítimas Violência Doméstica; Dia Mundial da Criança - Adesão ao Programa Cidades Amigas das Crianças; Criação dos I Jogos Juvenis da Amizade nas Terras do Infante; Plano Acessibilidade Pedonal Lagos; Semana Municipal Jogos Tradicionais Portugueses - Lagos; Valorização da Calçada Portuguesa e profissão de Calceteiro; Pela Promoção e Divulgação da Dieta Mediterrânica; Sessão Pública Esclarecimento Criação Cooperativas Habitação; 50.º Aniversário Constituição República Portuguesa e Primeiras Eleições para o Poder Local Democrático; Criação Conselho Municipal Inclusão Pessoas com deficiência; Constituição Conselho Municipal Juventude Lagos; 2 fevereiro 2026 - Dia Mundial Zonas Húmidas - Encontro Autarcas Lagos e Portimão - Classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural; Instalação Conselho Municipal Segurança de Lagos; Prémio Municipal Jovem Empreendedor de Lagos



DELIBERAÇÕES

SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL/2026

DELIBERAÇÃO N.º 48: Aprovada, por unanimidade, (...) a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da AD: “(...)A criação efetiva do “Parque Verde Municipal de Lagos”, integrando o espaço “Lagos Mais Verde” como espaço natural e protegido, salvaguardado de futuras construções urbanísticas; A elaboração de um estudo técnico e plano de implementação e acompanhamento que contemple o reforço da arborização em todo o Município (...); A avaliação de candidaturas a financiamento nacional e europeu (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 49: Aprovada, por maioria, (...) a Saudação (...): “(...) o Grupo Municipal Singular da CDU propõe que a Assembleia (...) delibere: Saudar: O 52.º aniversário do 25 de Abril de 1974 e todas as evocações e iniciativas (...) no âmbito desta comemoração; Todos os que, com risco das suas próprias vidas, lutaram contra o regime fascista, construíram o 25 de Abril e os que continuam a lutar e a defender a concretização dos valores democráticos; O 1.º dia de Maio, Dia Internacional do Trabalhador (...); Todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 50: Aprovada, por unanimidade, (...) a Saudação (...): “(...) a CDU propõe que a Assembleia (...) delibere: Saudar o Dia Internacional do Bombeiro e, em particular, os Bombeiros que integram a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lagos; Expressar a sua homenagem a todos os bombeiros portugueses (...); Pugnar que sejam dados os passos necessários para a dignificação e valorização dos Bombeiros (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 51: Aprovada, por maioria, (...) a seguinte Saudação (...): “(...) o grupo municipal singular da CDU propõe que a Assembleia (...) delibere: Saudar todos os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lagos; Saudar o Dia Internacional dos Arquivos e a defesa do princípio de um edifício digno para o Arquivo (...); Promover, em conjunto com a Câmara, um debate público, sob o tema (...); Que (...) seja solicitado à Câmara, informação sobre a situação atual do Arquivo (...) e sugestão de possíveis soluções (...) para a construção, ou instalação em edifício já construído e fontes de financiamento (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 52: Aprovada, por maioria, (...) a seguinte Saudação (...): “(...) o grupo municipal singular da CDU propõe que a Assembleia (...) delibere: Saudar o Dia Mundial das Bibliotecas e as iniciativas promovidas neste âmbito no dia 1 de Julho (...); Congratular, em particular, todos os trabalhadores da Rede de Bibliotecas de Lagos, pelo desempenho de um serviço diário de promoção da Leitura Pública, em prol do desenvolvimento cultural da sociedade; Promover em colaboração com a Câmara (...) um debate público subordinado ao tema (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 53: Aprovada, por unanimidade, (...) a seguinte Moção (...): “(...) a CDU propõe que a Assembleia (...) delibere: 1- Solidarizar-se com a posição assumida pela Assembleia de Freguesia de Odiáxere e reforçar a exigência da Classificação como Património de Interesse Municipal do Moínho de Vento e do Menir (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 54: Aprovada, por unanimidade, (...) a seguinte Proposta (...): “(...) o Grupo Municipal singular da CDU propõe que a Assembleia (...) delibere: Instar o Presidente da Câmara a dar cumprimento à deliberação da Câmara aprovada (...) na reunião de 8 de março de 2023, - Dar início à elaboração de um plano de instalação de iluminação de passadeiras de peões (...).

DELIBERAÇÃO N.º 55: Aprovada, por maioria, (...) a seguinte Proposta de Recomendação: “(...) A CDU propõe que a Assembleia (...) delibere recomendar à Câmara que: Dê início ao procedimento de classificação do conjunto arquitetónico da Praça do Infante em Lagos (...) como Monumento de Interesse Nacional (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 56: Aprovada, por maioria, (...) a seguinte Proposta: “(...) a CDU propõe que a Assembleia (...) delibere: Instar o Presidente da Câmara a dar cumprimento à proposta apresentada pela CDU na Câmara (...) que mereceu a aprovação unânime (...): “Dar início ao processo de criação do Conselho Local de Habitação (...); Elaborar o respetivo regulamento (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 57: Aprovada, por maioria, (...) a seguinte Proposta de Recomendação (...): “(...) a CDU propõe que a Assembleia (...) delibere: recomendar à Câmara Municipal que: Comemore o Dia Mundial da Bicicleta com a realização de um passeio de Bicicleta pelo Concelho, e uma sessão pública sobre o uso da bicicleta; Promover uma campanha de sensibilização para a coexistência harmoniosa e segura entre utilizadores de automóveis e utilizadores de bicicletas (...); Saudar os cidadãos e movimentos que se têm mobilizado pela defesa e promoção do uso dos modos de mobilidade suave (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 58: Aprovada, por unanimidade, (...), a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA: “(...) propomos que a Assembleia delibere recomendar à Câmara o seguinte: - Apresente um plano concreto de reforço do número de contentores e ilhas ecológicas, com prioridade às zonas mais pressionadas pelo turismo e pela restauração; - Reforce (...) a frequência de recolha de resíduos, especialmente durante a época alta e Feriados; - Implemente e torne público um plano regular, calendarizado e verificável de lavagem e desinfeção dos contentores; - Avalie a introdução de soluções tecnológicas (...), que permitam uma gestão mais eficiente; - Apresente à Assembleia Municipal, um relatório com as medidas adotadas e os resultados obtidos.”

DELIBERAÇÃO N.º 59: Aprovada, por maioria, (...) a seguinte Moção de Saudação (...): “(...) o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe que a Assembleia (...) delibere: Assinalar o 25 de Abril como o mais significativo marco da Democracia portuguesa, homenageando todos aqueles que tornaram possível (...); Reafirmar o compromisso com os valores de Abril – Liberdade, Igualdade, Solidariedade, Justiça Social e Paz; Expressar solidariedade com todos os povos afetados pela guerra, pela opressão e pela injustiça (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 60: Aprovada, por unanimidade, (...) a seguinte Moção de Saudação (...): “(...) o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe que a Assembleia (...) delibere: Saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras, portugueses e estrangeiros, que vivem e trabalham em Lagos e no restante território nacional (...); Reafirmar o compromisso com uma sociedade mais justa e solidária, que valorize o trabalho com direitos, combata a precariedade e as desigualdades no acesso ao emprego e promova a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, garantindo a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 61: Aprovada, por unanimidade, (...) a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal Singular da LCF: “(...) a Assembleia (...) delibera: Reafirmar a importância do cumprimento das deliberações da Assembleia (...); Recomendar à Câmara que promova (...) a concretização da deliberação de 26 de abril de 2021, relativa à melhoria das condições do Arquivo Municipal; Instar o Executivo a adotar uma solução integrada, célere e sustentável (...); Solicitar a apresentação (...) de um ponto de situação detalhado e de um plano de ação concreto (...); (...) a concretização desta matéria constitui não só um momento da real capacidade de execução das deliberações aprovadas pelos órgãos autárquicos, mas também do compromisso na resolução das deficiências do Arquivo Municipal (...); Reforçar a necessidade de garantir que todas as deliberações aprovadas (...) sejam devidamente consideradas, acompanhadas e executadas (...).”

DELIBERAÇÃO N.º 62: Aprovada, por unanimidade, (...) a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da LCF: “(...) a Assembleia (...) delibera: Solicitar à Câmara que preste esclarecimentos (...) sobre os fundamentos da perda da Bandeira Azul nas praias de Bata-ta, D. Ana e do Camilo nos últimos seis anos; (...) que a Câmara informe quais as ações de articulação institucional desenvolvidas (...) para assegurar a recuperação da Bandeira Azul; Recomendar que os resultados e os esclarecimentos (...) sejam divulgados publicamente (...).”



Por opção editorial, as deliberações são transcritas de forma resumida. Poderá aceder à versão integral e respetivas atas em www.am-lagos.pt ou presencialmente no Edifício dos Antigos Paços do Concelho.

LAGOS

Eventos que marcam,
emoções que ficam



Feira Concurso Arte Doce

22 - 26 julho | Complexo Desportivo de Lagos

FETAAL

Feira de Tradições e Artes do Algarve

7 - 9 agosto | Bensafrim



Festival de Folclore

8 agosto | Odiáxere

Feira do Livro

1 - 11 agosto | Lagos - Praça do Infante



Festa do Banho 29

29 agosto | Lagos & Praia da Luz

Noites no Cais

6 - 8 setembro | Lagos - Jardim da Constituição



+ INFO



Lagos
de descobertas

52 ANOS • 25 DE ABRIL • 50 ANOS
ELEIÇÕES DO PODER LOCAL • 50 ANOS
CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA



LAGOS
LIBERDADE E
DEMOCRACIA

+ info: cm-lagos.pt

Lagos Câmara
Municipal

